



Política e jornalismo na cidade do Rio Grande: três ensaios históricos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

129



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



**Política e jornalismo
na cidade do Rio
Grande: três ensaios
históricos**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Política e jornalismo na cidade do Rio Grande: três ensaios históricos



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025**



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Política e jornalismo na cidade do Rio Grande: três ensaios históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 129
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-088-3

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 8 nov. 1891.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

As políticas conciliatórias na perspectiva do jornalismo rio-grandino: uma introdução ao estudo / 11

As oposições sul-rio-grandenses à época da gênese republicana: a União Nacional e a imprensa rio-grandina / 23

O golpe de Estado de 1891 sob o prisma da imprensa ilustrada e humorística lisbonense, portuense e rio-grandina / 41

As políticas conciliatórias na perspectiva do jornalismo rio-grandino: uma introdução ao estudo

A formação político-partidária brasileira teve a sua gênese ligada à fundação do Estado Nacional, durante o I Reinado e mormente no Período Regencial, quando, em meio à agitação política e à crise revolucionária, estabeleceram-se alguns dos pressupostos que acabariam por redundar na organização partidária típica do II Reinado, marcada pela disputa entre o Partido Liberal e o Conservador. Serenadas as rebeliões provinciais, ao final da década de quarenta, se iniciaria um período de estabilidade institucional, a partir da implementação de um sistema parlamentarista, que levaria à alternância de liberais e conservadores no governo imperial.

Além disso, nas duas décadas seguintes, ocorreu uma tendência à suavização das disputas políticas, através de práticas harmonizadoras, conciliatórias e de coligação entre determinados segmentos das duas agremiações partidárias imperiais, resultando na fase da “Conciliação”, de ascendência conservadora, nos anos cinquenta, e da “Liga Progressista”, de predomínio

liberal, na década de sessenta¹. No Rio Grande do Sul, à mesma época, deu-se similar processo na busca de uma harmonização, por meio de alianças como a “Liga”, de orientação conservadora, e a “Contra-Liga” e o Partido Liberal Progressista, de domínio liberal². Essas coligações nem sempre contaram com o aplauso de todos os segmentos políticos, havendo reações quanto à reunião de elementos dos diferentes partidos, em atos que estariam ferindo os princípios partidários. Setores da imprensa deram voz a essas manifestações de insatisfação, fenômeno que se repetiu em alguns dos jornais da cidade do Rio Grande, nos quais se praticou um dos jornalisismos mais evoluídos no Brasil de então.

Uma das folhas que se manifestou contrariamente às tendências conciliatórias foi *O Comercial* que, criado em 1857, buscou orientar-se essencialmente para a divulgação das atividades mercantis, mas, ainda assim, nos seus primeiros anos de circulação, já deixava evidente sua filiação aos princípios conservadores. As poucas manifestações de cunho político expressas pelo jornal durante sua década inicial referiam-se a uma não aceitação das coligações partidárias. Segundo a folha, a política de “conciliação”

¹ A respeito da evolução política brasileira nesse período, observar: IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v.5. p. 9-102.; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v.7. p. 14-56.

² Sobre esse momento político rio-grandense, ver: PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 50-54.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

já tivera seu papel na instauração da estabilidade no país, porém, com o passar do tempo, tornava-se cada vez mais inviável, apontando para “a impossibilidade de reunir sob a mesma bandeira, homens que haviam combatido, sem vistas particulares, debaixo de estandartes de diversas cores”; de modo que não se poderia “desconhecer que da sua mútua oposição, imensos bens tinham resultado para o Brasil”, sendo, assim, “inadmissível toda e qualquer política conciliatória, cujo fim fosse amalgamar os partidos, para formar um que pensasse, obrasse, visse e falasse unicamente como ela” (*O Comercial*, 12 nov. 1858).

Ainda com referência às alianças partidárias, o diário comercial criticava a ação da “Liga” e da “Contra-Liga”, afirmando que “apenas trânsfugas tinham engrossado as fileiras” daquelas coligações, ao passo que “os cascos de partido” haviam “se conservado firmes”, pois estava “reconhecido que a homogeneidade política num governo monárquico constitucional seria o seu garrote e o descrédito mais palpável que mereceriam suas instituições”. De acordo com esta ideia, o jornal propunha-se a não dar “à Liga e à Contra-Liga o nome de partidos”, uma vez que constituiriam somente uma “graduação de cores políticas”, que, de acordo com as conveniências, se tornavam “convergentes todas para um mesmo raio, no qual se confundiam, conservando contudo a sua tinta especial” (*O Comercial*, 31 jan. 1862).

Outro jornal que se manifestou contrariamente às coligações partidárias foi o *Artista*, fundado em 1862. Em sua origem, tal periódico era um semanário cujo norte editorial era propagar ideais de congregação entre os artífices, mas, após alguns anos, se tornaria um dos mais importantes diários rio-grandinos. Progressivamente, o

Artista iria se tornar um doutrinário liberal, porém, ainda nos seus primeiros tempos de circulação, como um semanário dos artistas, o periódico já anunciava seus vínculos para com o pensamento dos liberais. Apesar dessa aproximação com o ideário liberal, a publicação fazia uma ressalva, afirmando que era liberal “como todos os filhos do povo”, consistindo-se, no entanto, em um “liberal puro”, o qual não comungava “nos princípios daqueles homens que, para obterem maioria nas câmaras, ligaram-se com conservadores despeitados”; nem “nas ideias dos ministros que, para conservarem o poder, não trepidaram em atirar a pátria ao abismo da anarquia” (*Artista*, 1º jun. 1863).

Nessa linha, a folha promoveu veementes ataques às políticas conciliatórias e às coligações partidárias, manifestando tal pensamento já à época da publicação de seu programa, quando traçava um quadro profundamente negativo da vida política brasileira, destacando que “a corrupção cobria o país com o seu negro manto”, ao passo em que os partidos adormeciam “ao canto da sereia chamada ‘conciliação’”, fazendo com que o “interesse pessoal substituísse a luta dos princípios”; que o “regime representativo não passasse de forma”; que o “sacro recinto do parlamento se transformasse em vasto mercado onde, a troca de pingues rendimentos, de altos empregos, se vendia o mandato honroso do povo”; que a “maioria parlamentar significasse ‘ambição satisfeita’ e a oposição, ‘ambição ainda não saciada’”; que a “lei fosse mera manivela nas caprichosas mãos de uma magistratura, em sua maior parte prostituída”; e que “tudo fosse vício e corrupção, quando aqueles a quem a nação confiou os seus destinos, só tratavam de saciar a sua ambição infrene e

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

quando para eles o amor à pátria não existia” (*Artista*, 15 set. 1862).

Diante dessa visão, o periódico chegou a propor a seus leitores a não participação em um processo eleitoral, tendo em vista que, na sua perspectiva, a disputa estava se desenrolando entre agrupamentos não vinculados a princípios político-partidários e sim por motivação de interesses pessoais. Afirmava, assim, que “hoje não vale a pena pleitear-se a eleição”, pois, “com as medidas que tomou o gabinete, é impossível que não tenha uma câmara unânime, e que não faça tudo quanto lhe der na vontade”, de modo que “os liberais puros que não pactuam com o governo, não irão às urnas”. E complementava, declarando que “nem digam que estamos pregando o ceticismo político, que levamos o povo à descrença, que o arrendamos do seu dever”, uma vez que, ao contrário, “o ceticismo em política é filho das ligas, das amálgamas políticas, das contínuas e vergonhosas transações que são feitas à vista de todos” (*Artista*, 8 jun. 1863).

Na mesma linha, a publicação prosseguia, destacando que “a descrença está em todos os espíritos, porque todos conhecem e compreendem o estado de desmoralização política a que nos fizeram chegar à força de transações”. Segundo a folha, quando morre “o princípio, predomina o interesse pessoal dos grandes” e “o princípio é do povo, e o povo lucra com ele, luta por ele, sacrifica-se por ele”, enquanto que, “o interesse pessoal é dos grandes, dos mimosos da fortuna, o povo não tem que ganhar, nem que perder nesse pleito de interesses individuais”. Nesse sentido, concluía o periódico: “Para que, pois, envolver-se nele? Deixemos os interessados guerrear-se” – manifestando a esperança

de que: “algum dia, quando reviver a luta de princípios, quando de novo dominar a crença política, e quando desaparecerem ante a Sua Majestade as mesquinhas considerações de interesse individual, então o povo, dedicado, leal e forte como sempre, voltará às urnas!” (*Artista*, 8 jun. 1863).

De acordo com a intenção de representar um “liberalismo puro”, o semanário considerava que a “conciliação” havia se constituído em uma política criada a partir dos conservadores, aos quais se aliaram os liberais não convictos de seus princípios, permanecendo “na consciência de todos os brasileiros que pensavam nos negócios públicos que a conciliação era um grande mal”, pois, “em vez da marcha regular do sistema representativo”, ocorrera “uma transação inadmissível” entre os políticos. Criticando as coligações entre indivíduos partidários de ideais díspares, o periódico apresentava a “liga” como uma “reunião de forças”, nas quais não representavam “as ideias papel algum”, servindo como única explicação para “essa aliança material”, o “desejo de conquistar posições elevadas e de satisfazer ambições”. Para o periódico, “o partido da liga” estava “fundado em conveniências de grupos heterogêneos”, que tinha por fim “fazer vingar interesses e aspirações de indivíduos que militaram em arraiais opostos”, não estando “a franqueza em sua índole” (*Artista*, 22 e 29 jun.; 3 ago. 1863).

Demonstrando sua discordância para com as coligações intrapartidárias, a publicação censurava os membros da “liga”, tendo em vista “a facilidade com que, sem o menor desar, cada qual poderia militar ora num campo, ora em outro”, de forma que “o *ligueiro* podia *desligar-se* hoje, para *religar-se* amanhã”. Para o

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

semanário, “o povo era simples”, sabendo “o que era liberal e o que era conservador”, de modo que “uma política complicada, cheia de mistérios, não lhe convinha porque ele não a entendia”. Afirmava também que “o povo era desconfiado e sincero”, admirando-se ao “ver homens sérios que ainda ontem pugnavam em fileiras opostas, abraçados, como se nada houvesse entre eles, e sem prévia atenção para com o país”. Diante disso, a folha propunha que o crédito popular deveria estar ao lado dos liberais que fizessem uma política “simples”, apresentando clara e abertamente seu programa reformista, de acordo com a vontade e as aspirações do “povo” (*Artista*, 29 jun.; 10 ago. 1863).

Ainda contrariamente às práticas conciliatórias se manifestou no contexto da imprensa rio-grandina o *Eco do Sul*, publicação que circulou na cidade portuária a partir de 1858. Desde os seus primeiros números, o *Eco* demonstrou suas convicções partidárias, filiando-se à causa conservadora, da qual chegaria, futuramente, a anunciar-se como “órgão do partido”. Assim, quanto à política, durante a sua primeira década de existência, o jornal refletiu a indefinição partidária que marcava o cenário político de então, manifestando-se contrariamente às coligações que congregavam sectários tanto do Partido Conservador, quanto do Liberal. Referindo-se a tais alianças, a folha declarava “que um só dia não deveriam tais homens, de ideias tão heterogêneas, de pensares tão opostos, governar o país”. Propondo-se a rever “com vagar os jornais da Corte, a fim de poder definir claramente aos leitores qual a política que regia os destinos do país”, o periódico afirmava que nada podia “encontrar que não fosse vago e incerto a tal respeito”. Argumentava então que se

colocava “na expectativa e a estudar a marcha administrativa”, tendo em vista que “por ora tudo era ambíguo, tudo era misterioso, em matéria política, nas altas regiões do Estado” (*Eco do Sul*, 3 abr.; 21 set. 1859).

Às políticas conciliatórias, o *Eco do Sul* atribuía muitos dos “males” que afligiam o país, pois, na sua perspectiva, “a conciliação tudo desacreditara”, matando “a fé nos homens e nas crenças políticas”, afirmando que “desde que no meio dos partidos foi lançada a fatal palavra - conciliação -, cessou o domínio da ideia, e o interesse pessoal começou a ditar a lei”, ocorrendo uma “transação vergonhosa de crenças e opiniões”. Diante disso, o jornal considerava que a imprensa tinha uma “nobre missão” para com a “história política” nacional, uma vez que, como “guarda das leis e da Constituição”, ao “órgão da opinião popular” competia, “na situação anormal criada pela ambição de domínio exclusivo de um conjunto de homens que não representavam nenhum dos partidos genuínos do país”, protestar contra essa contingência e “esclarecer o povo sobre as anomalias” reinantes, apontando “o caminho, que o patriotismo, a honra e a própria dignidade lhe prescreviam” (*Eco do Sul*, 6 abr. 1859; 1º jan.; 30 maio 1863).

O jornal negava associar-se à situação vigente, onde predominariam agrupamentos em que “o interesse pessoal dos chefes era a única lei; a conveniência, o seu código; a transação vergonhosa e destituída de dignidade, a sua arma favorita; e na haste, em que devia tremular o estandarte da ideia política”, só se via “ondular o pavilhão do interesse pessoal e da conveniência particular, bafejados pela brisa da ambição”. Para o *Eco*, naquele momento, “as palavras

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

conservador e liberal estavam ocas no sentido”, constituindo uma “herança dos tempos passados” (*Eco do Sul*, 20 fev.; 15 jun. 1862), diante do que manifestava seu desejo de que os representantes de cada partido garantissem a manutenção da pureza de suas convicções partidárias.

Afirmava o *Eco do Sul* que naquela “época de ceticismo” – na qual se via “por toda a parte esquecidas as tradições do passado, quando a ideia política desaparecera completamente ante o interesse pessoal, quando a maioria dos homens públicos mercadejava escandalosamente as suas crenças” –, pouco importava se um indivíduo fosse liberal ou conservador, desde que tivesse “a convicção de suas crenças e a coragem de sustentá-las, sem ceder às seduções das sereias políticas, que, com mercês e favores o quisessem encaminhar para um outro lado”. Conclamava, assim, a todo político para que fosse liberal ou conservador, mas que o fosse de “corpo e alma, morrendo com as suas crenças e não transigindo com a ambição e com o interesse, nem com a amizade” (*Eco do Sul*, 4 out. 1862).

Nessa linha, diante da coligação que estava no governo, a qual seria formada “por trânsfugas dos partidos Liberal e Conservador”, em um “parto monstruoso de uma perversão moral”, o periódico questionava o que poderia “a nação esperar de uma facção sem uma tradição que a recomendasse, sem uma história que a nobilitasse, sem uma aspiração que a sustentasse”. Para o jornal, aquela coligação fora “inspirada somente pela ambição do poder” e “composta de indivíduos que desertaram de suas antigas fileiras, renegando a ideia civilizadora que nascia” da luta dos “dois partidos legitimamente

constituídos” e que se batiam “por um único fim - o engrandecimento material e intelectual do país”. Manifestando o desejo da retomada do jogo partidário liberal-conservador, a folha vaticinava que “os pugnadores liberais e conservadores que restavam, fiéis às suas crenças, às suas tradições e aos seus princípios”, não se manteriam em um “estado de fraqueza que importava uma destruição”, possuindo ainda “seiva bastante para existir, reerguer-se e combater” a situação vigente, que, diante disso, desapareceria, pois “nada sendo, não poderia constituir um verdadeiro partido, tendo de ser condenada a uma morte necessária” (*Eco do Sul*, 2 set. 1866).

Assim, através da imprensa rio-grandina, ficaram evidenciadas várias manifestações de despreço em relação às políticas de conciliação e/ou coligação entre segmentos dos dois partidos imperiais. Segundo *O Comercial*, o *Artista* e o *Eco do Sul*, cada qual com sua identidade/convicção partidária, essas tendências conciliatórias estariam trazendo profundos prejuízos ao país, uma vez que se tornara necessária a retomada do jogo político-partidário normal, ou seja, a disputa entre liberais e conservadores. Defensores de um partidarismo “puro”, esses jornais acusavam as coligações de estarem servindo, acima de tudo, a interesses pessoais, em detrimento absoluto das convicções programáticas de cada um dos partidos. Através de manifestações menos ou mais veementes, as folhas rio-grandinas expressavam a ideia de que já passara o tempo das práticas conciliatórias - ou ainda de que este tempo jamais devesse ter existido - e que já era a época em que os eleitores pudessem escolher entre um liberal e um conservador propriamente ditos, sem os riscos dos

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

“falsos” partidários que se aproximavam dos adversários por interesses individuais, em prejuízo dos “princípios” e em nome dos “verdadeiros” e “puros” seguidores dos Partidos Conservador ou Liberal³.

³ Publicado originalmente em: *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 9-16.

As oposições sul-rio-grandenses à época da gênese republicana: a União Nacional e a imprensa rio- grandina

A gênese da República Brasileira foi marcada por uma série de desencontros quanto ao norte político-ideológico que deveria ser empregado na afirmação da nova forma de governo. Esses descompassos redundariam em conflitos partidários menos ou mais intensos, através do país, chegando, por vezes, a confrontos que ameaçaram, inclusive, romper com as recém-instauradas instituições. No Rio Grande do Sul, esses enfrentamentos foram os mais sérios da época, advindo deles uma disputa que levaria à guerra civil, a qual se alastrou do contexto regional para o nacional. Nesse quadro, a Revolução Federalista teria sua origem ligada aos conflitos de interesses entre os setores oligárquicos tradicionais – predominantes à época do Império – e as oligarquias ascendentes, as quais, progressivamente passaram a ocupar o aparelho do Estado, a partir da instauração da República. Assim, no contexto sul-rio-grandense, a partir da nova forma de governo, Júlio de Castilhos e seus seguidores instauraram um regime que lhes permitiu a perpetuação no poder por décadas, sem qualquer chance para as

oposições chegarem ao poder ou, ao menos, dividi-lo com o partido dominante.

Do exclusivismo castilhista não escaparam os antigos liberais, nem os conservadores, alguns dos quais se haviam tornado republicanos de última hora, e nem mesmo alguns dos republicanos históricos, formando-se, desde cedo, uma dissidência do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já que Júlio de Castilhos não pretendia deixar espaço para que nenhuma outra personalidade pudesse vir a ofuscar a sua figura política. Essas exclusões levariam à formação de uma ferrenha oposição ao castilhismo, representada por aqueles diversos grupos alijados do processo político. As *derrubadas*, típicas das inversões partidárias do Império, continuaram a se fazer presentes nos novos tempos republicanos, com incontáveis demissões por motivos políticos. Assim, além de constituir um conflito de natureza partidária, a disputa entre castilhistas e oposicionistas derivava-se ainda da luta pelo controle do aparelho do Estado, bem como pelas diretrizes da política econômica a ser adotada, beneficiando este ou aquele setor, esta ou aquela região, traduzindo-se também em um confronto por interesses regionais no âmbito estadual.

Nesse quadro, formava-se um conflito que passaria do debate pela imprensa e pelo parlamento, às disputas eleitorais e ao meio extremo do enfrentamento bélico, gerando-se um confronto intra-oligárquico que marcaria toda a vida política sul-rio-grandense, ao tempo da República Velha. Os primeiros meses da nova forma de governo foram marcados pela alternância constante de indivíduos à testa do governo estadual, tamanha a instabilidade política. A ascensão dos

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

castilhistas tornava-se cada vez mais evidente, passando eles a exercer decisiva influência junto ao governo do Estado. O absoluto alijamento dos representantes dos antigos partidos imperiais, ou ainda daqueles que não estivessem alinhados com o pensamento e as atitudes de Júlio de Castilhos levou essas oposições a buscarem uma certa aglutinação e organização.

Surgiria, nesse contexto, em junho de 1890, a União Nacional, frente partidária que reunia membros dos extintos partidos imperiais, desgostosos com a situação reinante. A nova ordem político-partidária exigia, assim, que os tradicionais adversários da época monárquica viessem a buscar uma aliança em torno de um objetivo comum, reagir ao castilhismo e à máquina eleitoral que vinha sendo montada pelo líder do PRR. Visando a contemplar os interesses de seus integrantes, não convergentes no passado recente, a União Nacional reuniu algumas das mais importantes lideranças gaúchas de então e apresentou-se como uma frente ampla, não se propondo a constituir uma agremiação partidária.

Essa frente definia a si mesma como uma congregação de esforços tendo em vista defender seus membros das tendências exclusivistas do castilhismo. Reunindo liberais, conservadores e dissidentes, a União Nacional foi a primeira articulação política a aproximar, de forma mais organizada, as forças anticastilhistas e, de acordo com essa composição heterogênea, estabeleceu um conteúdo programático amplo e com poucas definições quanto ao pensamento e às práticas políticas. Apesar da criação dessa coligação, os castilhistas continuavam cada vez mais a predominar junto do governo do Estado, contando com o prestígio do

Marechal Deodoro que, entre apoiar a União Nacional – que tinha a ascendência dos liberais de Silveira Martins, inimigo pessoal do presidente – ou os republicanos seguidores do castilhismo, optou por estes.

O líder do PRR passou a ser ainda mais prestigiado por Deodoro da Fonseca quando apoiou publicamente a candidatura do mesmo à Presidência da República. Esse ato, no entanto, custou o incremento da dissidência ao partido castilhista, representada notadamente pelas figuras de Barros Cassal, que rompeu imediatamente com Castilhos, recusando-se a compor a chapa republicana, e de Demétrio Ribeiro e Antão de Faria que, após eleitos representantes na Constituinte, também ingressariam no grupo dos dissidentes republicanos. Nas eleições à Assembleia Constituinte, a União Nacional optou pela não participação no pleito, propondo a abstenção de seus eleitores em tal sufrágio. Com isso, a chapa do PRR foi eleita na íntegra, sob as denúncias de corrupção e fraudes eleitorais de parte dos opositoristas. Os castilhistas continuavam seu trabalho de dismantlar a máquina político-eleitoral dos liberais e de montar uma própria que lhes garantisse a continuidade no poder.

Para as eleições de 1891 à Assembleia Estadual, à União Nacional decidiu concorrer ao pleito, justificando que o não fizera antes tendo em vista o “dever cívico” de evitar uma possível guerra civil. No entanto, a ação da União Nacional não seria duradoura, apesar da decisão de participar das eleições estaduais de 1891, tal resolução acabaria passando por uma transformação, tendo em vista uma nova aliança, agora com os recentes dissidentes republicanos, com a criação do Partido Republicano Federal. Assim, as oposições ao

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

castilhismo lançariam candidaturas conjuntas ao futuro pleito, mas essa novel aliança também não obteria um sucesso eleitoral. Tal resultado viria a demonstrar, futuramente, o quanto eram tênues os elos que associavam as diversas frentes de oposição ao castilhismo, revelando a heterogeneidade político-ideológica entre esses diversos segmentos oposicionistas⁴.

⁴ Contexto político-partidário elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O processo político-partidário sul-riograndense e a criação da União Nacional. *Revista Biblos*. n. 12. Rio Grande: Ed. da FURG, 2000. p. 22-27. Também fazem referência à conjuntura da União Nacional: BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. 5ª série. p. 191-216.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 8. p. 99-122.; MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul 89 - 90 - 91*. Porto Alegre: Tip. Thurmann, 1939.; OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul (Período Republicano)*. Porto Alegre: Globo, 1930.; TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano sul-riograndense (1882-1937). In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS:*

Os confrontos político-partidários típicos da formação republicana gaúcha encontrariam eco através das páginas dos jornais que reproduziam, por meio de um conflito discursivo, os debates em torno daquelas disputas. Nessa época, a cidade do Rio Grande tinha uma das mais importantes imprensas no contexto regional e nas folhas rio-grandinas, aqueles enfrentamentos também se faziam presentes de modo recorrente. Os jornais diários da cidade portuária passaram por uma certa desestruturação discursiva com a mudança da forma de governo, ligados que estavam ao jogo partidário do período monárquico. Além disso, o rigoroso cerceamento à liberdade de imprensa, imposto pelos novos detentores do poder foi decisivo para refrear as manifestações de natureza política por parte das folhas. Apesar disso, as frentes partidárias opositoras encontraram certo espaço nas páginas das publicações do Rio Grande.

Um dos mais importantes jornais rio-grandinos de então era o *Diário do Rio Grande*, defensor dos princípios liberais, à época da transição Monarquia-República e que, tendo em vista o rigoroso controle sobre as atividades jornalísticas, sob a nova forma de governo, optou por uma certa suavização, ou até silenciamento, a respeito da política. Ainda, assim, o periódico teceu certas críticas ao exclusivismo político-partidário imposto pelo castilhismo, defendendo uma congregação entre as frentes políticas. Nesse sentido, o *Diário* manifestava sua vontade de que a República representasse o fim das lutas políticas apaixonadas,

economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.119-191.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

desejando que fosse “o 15 de Novembro como a anistia para todas as opiniões, anistia leal e sincera” que marcasse “o início da verdadeira época de harmonia e de tolerância, sem ressaibo de ódios nem de ressentimentos e nem de prevenções”, uma vez que o país carecia “do concurso de todos os seus filhos”, não se devendo “enjeitar nenhum que, de ânimo isento de paixões inconfessáveis”, quisesse “dedicar-se a cooperar para a prosperidade nacional” (*Diário do Rio Grande*, 18 jan. 1890).

O *Diário do Rio Grande* propunha que fossem coadunadas, “em bem de uma sólida e popular fundação do regime republicano, as forças esparsas que os partidos constitucionais extintos haviam deixado inertes na sociedade”, as quais, desse modo, seriam “aproveitadas em prol da administração e da consolidação da República”. De acordo com a folha, a exclusão daqueles que não fossem republicanos históricos constituía um grave erro administrativo, pois criava “dificuldades à administração pela deficiência de pessoal habilitado para o exercício de cargos públicos”, colocando o governo “na contingência de rodear-se de auxiliares nem sempre aptos para o exercício” de suas funções, sendo excluído, por motivos partidários, “pessoal suficiente em número e habilitações” para promover a administração da República. Ponderava o jornal que essa “série de erros” que se estava praticando, criavam “dificuldades à reorganização da pátria sob os seus novos moldes político-administrativos” (*Diário do Rio Grande*, 2, 13 e 27 mar. 1890).

O exclusivismo partidário era, segundo o diário rio-grandino, o grave fator que começava a provocar desentendimentos políticos no Rio Grande do Sul, onde

a oposição só aparecera “depois que começaram a transpirar os intuitos exclusivistas dos senhores da situação”, quando “as paixões e os ódios começaram a expandir-se em perseguições a homens que tinham apenas o pecado original da sua origem partidária”. Na concepção da folha, “a República, que começou sob tão bons auspícios, completamente desanuviada”, passava “a apresentar o seu firmamento sombreado pelas paixões” daqueles que estavam “fazendo política de pessoas, em vez de fazerem política larga e generosa, visando unicamente ao bem-estar da família rio-grandense” (*Diário do Rio Grande*, 13 mar. 1890).

Dentre as poucas manifestações expressas nesse período, uma delas referia-se à ideia de um partido único no poder, diante do que o jornal lembrava “aqueles cuja intolerância ia ao ponto de entenderem que não deveria haver senão um partido”, que o pluripartidarismo era “essencial à boa marcha dos negócios públicos”. Explicava também que “a política de conciliação” era a única que poderia servir ao país e que o exclusivismo representava “um grande mal, não só para os mais respeitáveis interesses nacionais, como para o próprio Governo Provisório” (*Diário do Rio Grande*, 13 abr. e 4 maio 1890).

Ainda com referência à necessidade de um sistema pluripartidário, o jornal publicou a 3 de junho de 1890 um quadro sobre as inversões partidárias do período monárquico entre liberais e conservadores, sugerindo, com certa sutileza, que a alternância partidária daquela época era uma estrutura política a ser retomada nos tempos republicanos. As prevenções quanto ao predomínio de um partido único levaram a folha a dar razoável atenção à criação da União

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Nacional, descrita como a união dos antigos partidos “para em comum trabalharem em favor da ordem e tranquilidade da família rio-grandense” (*Diário do Rio Grande*, 10 jun. 1890). O apoio à nova agremiação concretizava-se mesmo que de modo indireto, pois o periódico acompanhou e divulgou a formação daquela frente partidária em diversas cidades gaúchas.

A partir do segundo semestre de 1890, arrefeceram ainda mais as discussões políticas no *Diário*, comportamento que se manteve em grande parte do ano seguinte, tendo em vista o controle mais incisivo promovido pelos governos republicanos, não chegando, nesse contexto, a dar maior divulgação ao surgimento do Partido Republicano Federal. Com base nessa conduta, sobre as eleições de maio de 1891, o jornal se declarava “neutro nas lutas dos partidos que disputavam o triunfo das urnas”, não se importando “que fossem uns ou outros os vencedores”; ficando “indiferente do ponto de vista partidário”, e afirmando que seu único desejo era o de ver “em cada um dos eleitos um esforçado propugnador do progresso e da elevação em todos os ramos da pública administração” (19 abr. 1891).

Outro diário rio-grandino da época era o *Artista*, igualmente vinculado aos liberais e que também passara por uma ruptura na sua organização discursiva a partir da mudança na forma de governo, optando, em geral, também por um certo silenciamento quanto aos assuntos de cunho político. Ainda assim, o exclusivismo partidário foi um elemento criticado pelo jornal, o qual considerava que “a regeneração da pátria reclamava o concurso de todos os seus filhos, sem distinções de procedência, sem exclusões e na mais perfeita

concórdia”, objetivo que teria sido atingido se “o exclusivismo adotado como norma de governação não tivesse obstado ao conagraçamento e à unificação de todos os esforços”. Para a folha, o exclusivismo consistia em um “grande erro e imenso perigo” e em um “elemento pernicioso” que dificultava a “fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado”, afastando do governo “a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro”. Acusava que, no contexto sul-rio-grandense, a “errônea orientação” exclusivista estaria levando a formação de um “mecanismo político”, completamente “desengonçado”⁵ (*Artista*, 4 mar. e 30 abr. 1890).

Já o *Eco do Sul*, outro dos diários rio-grandinos que circulavam no momento da mudança na forma de governo, apesar de também ter passado por uma ruptura discursiva tendo em vista tal transformação, manteve no partidarismo o mote norteador de sua linha editorial, adotando, poucos meses após a proclamação da República, uma postura veementemente contrária aos governantes da esfera federal e, mormente, da estadual, constituindo uma das mais importantes folhas anticastilhistas a circular nessa época. Nesse sentido, o jornal condenou fortemente as práticas exclusivistas, com as perseguições de natureza política, que passaram a orientar as atuações dos governantes republicanos, notadamente no contexto estadual. Denominando os castilhistas de “executivos”, a folha afirmava que, com

⁵ No sentido de combater esse exclusivismo no Rio Grande do Sul, apesar de não entabular pronunciamentos de apoio direto à União Nacional, o jornal deu divulgação aos manifestos e à proliferação dessa frente partidária.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

aquelas práticas, “foram lançadas as bases de uma política de ódios, sendo o grande lema de combate a divisão da família rio-grandense, que, unida, seria um poder irresistível” (*Eco do Sul*, 3 maio 1890).

O *Eco* explicava que o “15 de Novembro fora também conquista de muitos políticos do antigo regime”, de maneira que liberais e conservadores igualmente “inflamaram-se de ardor cívico pela realização do grande feito da força armada da nação”, mas que, não levando isso em conta, os “executivos implantaram no poder o exclusivismo, promovendo toda a casta de perseguições contra os cidadãos – uns que sempre serviram à República, outros que sinceramente a aceitaram, por ela trabalhando com lealdade”. Defendia também que a opinião pública “havia condenado o regime de violências posto em prática logo após o advento da República pelos homens que, na oposição, viveram a apregoar os sãos princípios da escola democrática, sendo no governo a negação absoluta destes mesmos princípios”, demonstrando “à sociedade que nenhum preparo tinham de administração e que a sua política era apenas caprichosa, odienta e sem intuítos elevados”. E, nessa linha, conclamava os representantes dos extintos partidos imperiais a unirem-se, afirmando que “tinha fé que os políticos dos antigos credos empenhariam o maior esforço em prol dessa obra patriótica” (*Eco do Sul*, 7, 8 e 9 maio 1890).

O jornal criticava a instabilidade política no Rio Grande do Sul, que parecia “ingovernável”, atribuindo a culpa desse fato aos castilhistas, já que os rio-grandenses, “afeitos à liberdade”, queriam “a República fraternidade e não a República ódio”, não podendo aceitar

os “inauguradores daquela situação, guiados por um homem cheio de ódios e de má índole”, que “enveredavam por caminho escuso, atropelando direitos, desorganizando o serviço público e perseguindo os leais servidores da República que se revoltavam contra a deturpação do regime novo”. Nessa oposição ao castilhismo, o periódico recebeu com entusiasmo o anúncio da formação da União Nacional, elogiando o agrupamento em que iriam “figurar nomes de cidadãos pertencentes às antigas agremiações partidárias”, lançando “as bases do partido nacional composto de todos os elementos em revolta contra a política de ódios e exclusivismo”. Para o jornal, esse acontecimento – que representava “a concórdia de cidadãos que esqueceram todos os ressentimentos pessoais da velha política, tendo unicamente em vista a grandeza da ideia republicana” – ecoaria por todos os lugares, chamando a postos todos os “desgostosos pelo que estava se dando nesta generosa terra, entregue ao despotismo de homens que pareciam fazer timbre em desvirtuar o pensamento republicano” (*Eco do Sul*, 5 jun. 1890).

A folha, que passou a divulgar constantemente as adesões e a publicar os manifestos da União Nacional, previa que a nova agremiação teria amplo apoio popular, já que “a fusão dos dois velhos partidos, constituindo o maior número de cidadãos dirigentes, arrastaria iniludivelmente, a grande massa” da população. Os ataques aos castilhistas intensificavam-se e o diário qualificava as atitudes deles como “política bastarda”, que não tinha “intuítos patrióticos, não se inspirava no bem público e não era fiel às leis do código democrático”. A princípio, o periódico chegou a

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

acreditar nas chances eleitorais da União Nacional, destacando que “de todos os pontos do Rio Grande chegavam notícias do congraçamento” em torno dessa agremiação, de modo que “os rio-grandenses haveriam de livremente escolher os seus mandatários”; porém, logo começou a apontar para a “orgia eleitoral” e a denunciar a corrupção que estaria marcando o processo eletivo, no qual os governistas teriam esquecido “que a política deveria andar subordinada à moral e fizeram do alistamento eleitoral a negação absoluta da doutrina democrática do alargamento do voto”, alistando “apenas os seus fiéis e incondicionais” seguidores (*Eco do Sul*, 7 jun.; 3 jul.; 3 e 21 ago. 1890).

Diante disso, o jornal resignou-se a aceitar a decisão da liderança da União Nacional pela abstenção, justificando que o pleito não representaria “a vontade soberana da nação, mas a prepotência governamental armada da fraude que se preparou em um regulamento eleitoral que era uma tirania e um aviltamento”. Realizada a eleição, a folha acusava que a mesma ficaria registrada “como uma vergonha e um atentado à soberania nacional” e que “a ditadura não queria que o povo elegeisse os seus delegados e sim que as mesas eleitorais designassem os incondicionais para a sanção dos grandes crimes praticados”, uma vez que, “reconhecendo que a sua derrota seria infalível, o oficialismo lançou mão de todos os meios de coação, conseguindo alcançar o afastamento das urnas por parte da grande maioria do país”, nunca tendo o Brasil passado por “semelhante humilhação” (*Eco do Sul*, 3 ago.; e 17 set. 1890).

Ao declarar-se inimigo da “política *castilhana*”, como denominava a situação sul-rio-grandense e ao

apoiar integralmente a União Nacional, o *Eco do Sul* defendia que a união dos antigos partidos imperiais em “compacta legião” serviria para recuperar “o terreno onde se faziam de fortes os tiranetes empavesados e sem prestígio próprio”, levando “o Rio Grande a ter a posição de vanguarda para que a República se consolidasse como um regime de paz e felicidade”; transformando, assim, a “força pública em depositária da confiança que a tornava mantenedora da ordem e nunca a representante de caprichos individuais”. O periódico buscou ainda rebater as acusações de que a União Nacional seria “suspeita à República”, negando que a agremiação tivesse qualquer convicção monárquica e afirmando que “a União queria a República” e que “a outro objetivo não aspirava” que não fosse a “implantação do regime federal, tal qual o pregavam os propagandistas bem intencionados” (*Eco do Sul*, 21 nov. 1890; 16 jan.; e 24 fev. 1891).

Mesmo diante do autoritário controle exercido pelo o governo, o *Eco* não deixou de publicar seus pronunciamentos de ataque aos castilhistas. Marcadas as eleições estaduais para maio de 1891, o jornal começou acirrada campanha pela União Nacional que, uma vez vitoriosa, afastaria os “pigmeus que estavam de posse das posições oficiais” que seriam “desalojados para que fosse geral a limpeza e para que não maculasse o caráter rio-grandense o menor vestígio da governança de homens públicos tão desmoralizados”. A folha considerava certa a derrota eleitoral dos governistas, destacando que “o feroz *castilhanismo*, raquítico em tudo e por tudo, não importaria vontades”, visto que seria “impotente até mesmo para fazer triunfar decentemente o número insignificante de representantes que reservava

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

nos seus cálculos de desespero, pelas tremendas decepções já experimentadas”. Propunha, enfim, completa batalha ao governo, de modo a poder “derrotá-lo por toda a parte” (*Eco do Sul*, 27 mar. 1891), vindo a transcrever os manifestos e a divulgar os candidatos da União Nacional.

A partir de abril de 1891, o jornal passou a pregar uma aliança entre os sectários da União Nacional e os dissidentes do PRR. Segundo a folha, tal aproximação seria completamente normal, não oferecendo “nada de extraordinário para pasto à maledicência, porque ambas as agremiações lutavam pela felicidade do Rio Grande do Sul”, buscando torná-lo “livre da cáfila de quadrilheiros que procurava aviltá-lo” e, diante da “monstruosidade” situacionista, deveriam todos “os rio-grandenses marchar inspirados pelo mesmo ideal – a República *republicana*. De acordo com o periódico, não havia “absolutamente nenhuma” separação “real, séria e decisiva entre os combatentes pela União Nacional e os representantes da tradição republicana”, uma vez que “ambas as agremiações políticas estavam identificadas com as aspirações democráticas do Rio Grande, que elas queriam ver livre, autônomo e feliz”. A palavra de ordem do diário passava a ser a “união”, propondo que, se nada afastava aquelas frentes partidárias, “se ambas lutavam pelo mesmo ideal”, deveriam marchar “unidas para a batalha contra os traidores da República, contra os inimigos da pátria”, pois, quanto maior a união, “mais eloquente e digna seria a vitória”. De acordo com essa ideia, o periódico manifestou ampla exultação com a criação do Partido Republicano Federal, considerando que, ao superar suas discrepâncias internas e formando uma

agremiação una, as oposições rio-grandenses estariam dando um passo decisivo em direção à derrocada do castilhismo (*Eco do Sul*, 10, 24 e 26 abr. 1891), previsão que não se confirmaria no futuro.

Assim, a União Nacional representou a primeira organização na qual se articularam os principais representantes das forças anticastilhistas gaúchas. Visando a reunir alguns dos “ilustres rio-grandenses” que haviam servido nos partidos monárquicos, bem como a primeira leva dos propagandistas republicanos dissidentes, essa frente buscava congregiar diversos setores descontentes com os rumos que os novos governantes davam à forma de governo instaurada a 15 de Novembro e/ou os aliados do controle do aparelho do Estado por causa das práticas exclusivistas de Júlio de Castilhos e seus seguidores. A largueza das propostas contidas no programa dessa frente oposicionista revelava as intrínsecas diferenças entre os vários segmentos que a compunham, direcionando-se a uma ampliação geral das liberdades religiosa, civil e política, à alteração das regras eleitorais, à descentralização político-administrativa e à reforma constitucional, restringindo os poderes do Executivo e implantando o parlamentarismo⁶.

Ao propor “a ordem e a liberdade em ação comum”, a União Nacional, lembrando os lemas de conservadores e liberais, respectivamente, procurava demonstrar que haviam se encerrado as cizânias do passado entre os antigos adversários, agora unidos em torno do confronto com um novo inimigo em comum. A luta e as concitações públicas promovidas pelos

⁶ ALVES. p. 27.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

membros da agremiação oposicionista passaram a se direcionar ao embate entre a “liberdade” e a “tirania”, ou seja, era a união de forças que, ainda que heterogêneas em diversos pontos de seu pensamento e de sua prática política, se aglutinavam tendo em vista um único objetivo - o combate ao castilhismo. Nesse quadro, a União Nacional assinalou a primitiva congregação das forças anticastilhistas, inaugurando uma série de articulações entre os grupos que viriam a formar-se ao longo da vida política sul-rio-grandense, em constantes recorrências que traduziriam os enfrentamentos na tribuna, por meio da imprensa, ou ainda através das armas. Os próprios manifestos da União Nacional expressavam que tal frente vinha ante o país para “demonstrar que eficazmente quer que a República seja uma verdade, a liberdade, uma realidade, embora a muitos republicanos pareça que uma e outra possam ser adiadas para tempos infindos”⁷, inaugurando-se, assim, a tradição das oposições gaúchas de lutar por uma almejada, ou ao menos idealizada *verdadeira república*⁸. Esse espírito contrário ao exclusivismo reproduziu-se mais veladamente nas páginas do *Diário do Rio Grande* e do *Artista*, e, mais explicitamente, nas do abertamente oposicionista *Eco do Sul*, encontrando-se, portanto, também junto à imprensa rio-grandina, o anseio por aquela *verdadeira república*⁹.

⁷ MORITZ. p. 143.

⁸ ALVES. p. 27-28.

⁹ Publicado originalmente em: *Imprensa & História no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 99-111.

O golpe de Estado de 1891 sob o prisma da imprensa ilustrada e humorística lisbonense, portuense e rio-grandina

Bem à época em que se aproximavam as comemorações de seu segundo aniversário de existência, a forma de governo republicana no Brasil viria a sofrer um grave revés. Levando em conta que governara de forma ditatorial desde o surgimento da república, o primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, teve de submeter à tradicional divisão de poderes, a partir da promulgação do texto constitucional. Insatisfeito, o chefe de Estado buscou o caminho golpista, tentando fechar o Congresso Nacional e enfeixar o controle governamental em suas mãos. Não contava, entretanto, com uma ferrenha reação contrária, com a mobilização em meio às forças parlamentares, à imprensa, e ao segmento militar, além das manifestações populares que tomaram as ruas de várias cidades. Sem condições de sustentar-se, Deodoro acabaria por perder o cargo de primeiro mandatário do país. Tal acontecimento foi tema da imprensa nacional e internacional e este breve ensaio busca abordar tais repercussões em meio à imprensa ilustrada e humorística das cidades portuguesas de

Lisboa e Porto e da comunidade sul-rio-grandense do Rio Grande.

Ao final dos Oitocentos, a imprensa portuguesa passava por uma etapa de plena expansão quantitativa e qualitativa de seus periódicos, que se espalhavam pelo país, embora estivessem concentrados na capital Lisboa, secundada pela cidade do Porto. Em meio a essa vibrante onda jornalística circularam publicações dos mais variados gêneros e dentre eles, estiveram as folhas ilustradas e humorísticas¹⁰. Profundamente críticas, voltadas à jocosidade, à ironia, à sátira e ao sarcasmo, com textos contundentes e, no caso das que apresentavam ilustrações, com o uso ferino da arte caricatural. Assim como no conjunto do periodismo lusitano, as referências ao Brasil eram recorrentes nesse gênero e não seria diferente no episódio do golpe de Estado de 1891.

As folhas portuguesas voltadas à caricatura, à sátira e ao humor, apesar da gravidade dos acontecimentos no Brasil, não abriram mão de fazer graça com tais fatos. Através de sua linguagem própria, esse jornalismo trazia em si uma versão diferenciada

¹⁰ Acerca desse gênero jornalístico, ver: HOMEM, Amadeu Carvalho. Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. v. 28. p. 739-763.; RODRIGUES, Paulo Madeira. *Tesouro da caricatura portuguesa (1856-1926)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1979.; SOUSA, Osvaldo Macedo de. *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal (na monarquia, 1847/1910)*. Lisboa: Edição Humorgrafe/SECS, s/data.; e SOUSA, Osvaldo de. *A caricatura política em Portugal*. Lisboa: Salão Nacional de Caricatura, 1991.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

para a interpretação acerca daqueles episódios, vistos pela lente do humor e da ironia. A pilhéria e o tom jocoso davam um certo ar *nonsense* aos fatos ocorridos na jovem república, de modo que, sem necessariamente tomar partido, tais folhas apresentavam uma versão engraçada para aquelas constantes transformações no Brasil que, em pouco tempo, vira cair um imperador e seu império, para, dois anos depois, ver também cair o primeiro presidente e vendo até a possibilidade de queda da própria nova forma de governo. Apresentando, sob o prisma do riso, as peculiaridades da formação daquela república, as dificuldades advindas da crise e os personagens em tais processos envolvidos, mais uma vez era a tradução das conversas cotidianas e das tiradas populares que se refletiam através dos desenhos e textos ácidos destas publicações.

O caráter fugaz das instituições no Brasil que já era comentado em 1889 apontando para a instantaneidade da instauração da república, voltava à baila em 1891, estabelecendo-se, com base na graça, a busca por um parâmetro do que seria uma revolução essencialmente brasileira. Tal perspectiva era desenvolvida nas páginas do semanário caricato *O Antônio Maria*, segundo o qual o Brasil estava “sendo o primeiro país do universo” que resolvera “romper com certas tradições de mau gosto, e fazer revoluções de um modo” que a folha não hesitava “em classificar de verdadeiramente ‘fim de século’”, ou seja, “graças ao Brasil a palavra revolução” poderia “ter interpretações diversas”. A partir de tais constatações, o periódico passava a realizar uma série de digressões ao longo da

história para tentar demonstrar as peculiaridades de uma “revolução à brasileira”¹¹.

Seguindo tal linha de pensamento, o jornal afirmava que, “geralmente, as revoluções políticas” eram “os meios enérgicos” pelos quais “os povos” mostravam “o seu descontentamento para com as classes, ou os governos, ou os homens” que os dominavam, administravam e subjugavam. Desse modo, destacava que, “percorrendo a história, tanto antiga como moderna”, não havia “uma só revolução política” que não tivesse “custado a vida a centenas de pobres diabos ou a vários grandes homens, que pensaram ingenuamente que para governar um povo” só bastava “carregar-lhe em cima”, isto é “carregá-lo de impostos, de injustiças e de arbitrariedades”. Nesse sentido, citava casos na França, como a *Jacquerie*, com a sua “onda de mendigos entrando em castelos e chegando a espetar em chuços as cabeças das crianças indefesas e inofensivas, que em nada” eram “responsáveis pelas violências dos seus maiores”; a “Revolução Francesa, derivando aos terrores de 1793”, e as vítimas “a caminho do cadafalso”; mais tarde, “a revolução de julho, as barricadas nas ruas de Paris, e os pobres diabos expondo o peito às balas dos soldados”; já “em seguida o golpe de estado de Luís Bonaparte e muitos morrendo sobre as barricadas do subúrbio”; e, mais contemporaneamente, “essa outra revolução que a história conhece pelo nome de Comuna, e cujos resultados sanguinolentos” seria “desnecessário relacionar, atendendo a que ainda” estavam na “memória de todos”¹².

¹¹ O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

¹² O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Utilizando-se da técnica de misturar o sério com o jocoso, *O Antônio Maria* explicava ainda que “a revolução” era “sempre” como mostrava “a história, o meio violento empregado pelo povo para conquistar um ideal político”, destacando que, “em Portugal também” não faltavam “exemplos desta natureza”, bastando “citar datas”, como “1640, 1820, 1830, 1846, e ainda 1891” e. “em todas elas”, houvera aquele “licor da cor das papoulas tingindo de escarlata as pedras das calçadas”. A folha argumentava também que se a abordagem passasse “da Europa para a América do Sul, ultimamente tão fértil em surpresas políticas”, seria possível ver “que os povos da Argentina e do Chile” compreendiam “a revolução à europeia”, fazendo “dela um verdadeiro chouriço de sangue, excelente para a cozinha da história e para dramas de sensação e de terror”, que “um dia” ainda se transformariam “em cena no teatro”¹³.

A partir de tais constatações, o hebdomadário caricato chegava ao Brasil, afirmando que em tal país se resolvera “declarar guerra à tradição, e compreender as revoluções ao seu modo”. O periódico considerava que não se deveria “levar a mal semelhante resolução”, visto que ali se mudava “de instituições e de chefes de Estado”, como se mudava “geralmente de camisa”, ou seja, “sem mortes de homens e sem causar prejuízos a ninguém”. A narrativa buscava demonstrar as mudanças brasileiras dos últimos dois anos, descrevendo que “um dia” o Brasil mostrara-se “descontente com o império”, deitando-o “abaixo, expedindo para a Europa no primeiro pacote, o seu

¹³ O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

velho imperador” e, “em todo” o país ressoara “o grito de ‘Viva a República! Viva Deodoro!’ – como se o senhor Deodoro fosse positivamente o salvador da pátria”. O texto narrava ainda que, a partir daí, “por toda a parte, nos estabelecimentos públicos assim como na casa dos particulares, o retrato de Pedro II foi substituído pelo de Deodoro, mas em breve o Brasil” passara a sentir que Deodoro não era “positivamente o redentor” que mais lhe convinha, gritando “Abaixo Deodoro! Viva Floriano!”, e mudavam-se os retratos¹⁴.

Na conclusão do texto, a folha arrematava com fina ironia, deixando o caráter jocoso nas entrelinhas. Nessa linha, o semanário caricato ressaltava que todas aquelas transições no Brasil ocorreram “sem a mais leve perturbação da ordem, e sem a menor oposição dos partidários deste ou daquele salvador”, constatando que havia “amadores de sangue humano” que chamavam aquilo de “revoluções de opereta”, quanto a tais assuntos, o jornal dizia que tinha “o mau gosto de preferir as revoluções” que serviam exatamente “para óperas ou para operetas”, pois, com elas, talvez sofresse “o drama”, mas ganhava “com certeza a humanidade”, uma vez que não conseguia ver “a necessidade de sacrificar vidas para, afinal de contas, os povos continuarem sendo cada vez mais mal governados”¹⁵.

As tão ventiladas possibilidades de fragmentação político-territorial do Brasil, muito comentadas pela imprensa dita séria, foram também tema dos jornais voltados ao humor. Nesse sentido, o *Charivari* publicou o artigo “Os unidos a desunirem”, no qual explicava

¹⁴ O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

¹⁵ O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

ironicamente que o Brasil tomara “o nome de Estados Unidos do Brasil, assim como quem” dizia “que aquilo depois da saída do imperador, chegou a unir”. Diante disso, a folha concluía que “os Estados Unidos” não conseguiam unir-se, de modo que, “por mais esforços que tenham feito, aquela união” parecia-se “muito com a desunião”. A partir daí, o periódico narrava, embasado no humor, os acontecimentos que teriam marcado o golpe presidencial. Dizia que “o governo, não podendo unir-se com Deodoro, tanto andou, até que o dito presidente lhe intimou mandado de despejo, como se o governo fosse um inquilino caloteiro e o presidente um senhorio rabugento”, ou seja, “com um aparato bélico, a prevenir-se para o que desse e viesse, o marechal presidente, em pessoa, entrou na sala do congresso e mandou por tudo no andar da rua”. Narrava ainda que, perante o ato presidencial, “ninguém ficou na sala, tudo desfilou pelos corredores fora à intimação do dono da casa” e, “para que não viessem para a rua fazer-se de espertos, o marechal foi decretando a lei marcial e ficou-se a ver em que paravam as modas”¹⁶.

Fazendo referência às formas de percepção dos fatos no Brasil pela imprensa monárquica e a republicana, o hebdomadário caricato portuense afirmava que uns diziam “que o marechal procedeu como homem de grande tino, outros asseveravam exatamente o contrário”, ao passo que “os telegramas” recebidos “todos os dias” nem atavam nem desatavam, não se sabendo o que havia ou o que haveria de ocorrer. Diante de tais indefinições, a folha constatava que “cada qual” tinha “à sua disposição a liberdade de fantasiar o

¹⁶ CHARIVARI. Porto, 21 nov. 1891.

que melhor” lhe parecesse, pois estava “averiguado que os telegramas” só davam “as notícias que Deodoro” quisesse. Destacava, entretanto, que alguma informação “escapou pela tangente”, noticiando que alguns estados estariam a declarar o separatismo, de maneira “a desunir a união dos Unidos”, num quadro pelo qual, mesmo que fossem desmentidas tais notícias, nada impedia que se acreditasse “na possibilidade das desuniões dos Estados Unidos do Brasil, visto como tudo” corria “de mal para pior desde que ali se estabeleceu a república”¹⁷. Mais tarde, já depois da deposição de Deodoro, o *Charivari* retornava ao tema, destacando que “os Estados Unidos do Brasil” viriam a ter “de chamar-se daqui a pouco Estados Separados do Brasil, porque, segundo as notícias recebidas, cada província” pretendia “governar-se independentemente sem necessidade de Floriano de nenhuma espécie”, ainda mais que por lá corria “o sangue da guerra civil”, que viria “por fim a ser o batismo do sistema por que o Brasil” teria “de reger-se”¹⁸.

A visão jocosa destes jornais recaiu também sobre as dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, de modo que a referência ao câmbio era praticamente uma piada pronta para tal jornalismo. Esses óbices no campo financeiro-econômico foram detectados pela imprensa satírico-humorística mesmo antes do golpe presidencial, como o fez *A Esmeralda*, ao publicar a matéria “Ao cavaco”, na qual apresentava uma historieta sobre a criação de uma gazeta e, dentre os responsáveis pela folha, estaria um brasileiro. Na narrativa expressa pela

¹⁷ CHARIVARI. Porto, 21 nov. 1891.

¹⁸ CHARIVARI. Porto, 1^o jan. 1892.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

folha, após várias incertezas quanto à identificação do tal indivíduo, um dos personagens afirmava que seria um “brasileiro quem iria tomar conta do jornal”, estando “aí o motivo” pelo qual ficaria garantido que a publicação não deixaria “de sair por falta de fundos, visto que o seu proprietário” era brasileiro. Diante de tal certeza um dos interlocutores dizia: “Sim, talvez brasileiro... rebentado!”; ao que outro respondia: “Se é rebentado ou não, isso é que eu não sei, e o que lhe sei dizer é que é brasileiro”¹⁹. Nesse sentido, através do humor e da ironia ferina, as referências direcionavam-se a um “brasileiro rebentado”, ou, em outras palavras a um país quebrado, eivado de dívidas e prenhe em especulações financeiras, como era visto o Brasil.

O semanário caricato *O Sorvete* também fazia as suas apreciações sobre a situação financeira brasileira, destacando que “o câmbio do Brasil” estava “uma desgraça”, pois “ouro e prata” não apareciam “nem de noite, e os próprios papelinhos, as cédulas e as notas”, ninguém via “aquelas porcas”. Na forma de um remoque, o hebdomadário expressava mais uma vez a difícil circunstância econômica brasileira. Segundo a historieta, contavam “vários jornais sérios que o coronel comandante de um regimento brasileiro mandara formar o corpo do seu comando para receber um tenente do exército português que” fora “visitar o quartel”, de modo que causara “estranheza essa notícia” e não faltara “quem a comentasse, fazendo troça da tropa de lá”. Na visão do jornal não havia razão para o pasmo, pois, “assim como a moeda do Brasil” era “fraca” e variava “de valor segundo os câmbios, valendo” a lusa “três e

¹⁹ A ESMERALDA. Porto, 23 jul. 1891.

quatro vezes mais”, seria “possível” que se desse “o mesmo com os galões e que o posto de tenente do exército” português correspondesse “ao de general da tropa” que fazia que andava e não andava²⁰. Sob o título “Que lhe preste...”, *O Sorvete* também apresentava os óbices à vida econômica brasileira, sob o prisma da graça e do ritmo dos versos, nos quais ficavam demarcadas as apreensões daqueles que possuíam aplicações no Brasil e mesmo dos que dependiam dos valores enviados da jovem república:

Quem tem fundos no Brasil
Anda mesmo a três do fundo
Da bancarrota no açoite;
Bem o mostra esta conversa
Que acaso caiu no ouvido
De um repórter atrevido,
No Central, ontem à noite:

- Me botou um telegrama
De lá o cunhado Juca;
Você veja, seu Manduca,
Está sério aquilo no Rio...

- E Deodoro! Que pandilha,
Que presidente caipora
Que bota os membros de fora
Do senado, hein, já viu?!

- E aqui maço se escangalha
Aquela futrica reles?!
Se Deodoro espanta eles
Não vem dinheiro de lá...

²⁰ O SORVETE. Porto, 15 nov. 1891. e 22 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

- Não me amola a mim o câmbio
Que cada vez vai crescendo:
Há meses que vou comendo
Dos fundos - hein? - da sinhá...²¹

Com um tom mais drástico e menos jocoso, *O Riso do Diabo* afirmava que “do estado do câmbio” brasileiro se dizia tudo em Portugal, situação que se agravava a partir da “última comoção” que dera “em resultado a retirada do generalíssimo Deodoro da Fonseca”. De acordo com a folha satírico-humorística, tais continências poderiam fazer com que viesse a “dar em terra com a nascente república, cercada de elementos conservadores”. Na opinião do periódico, “aquele país” estava “sendo gravemente agitado pelo dinheiro estrangeiro”, citando que alguns chegavam a sugerir que a situação era provocada “pelo dinheiro dos Orleans”, numa referência a um possível movimento de restauração. O jornal chamava ainda a atenção para o fato de que “os estrangeiros, especialmente os residentes no Rio, avultando entre estes os portugueses”, iam, “na sua maior parte, embarcados na tentativa imperialista”. Numa perspectiva escatológica, a folha enfatizava que “a jovem república” não deixava “de estar ameaçada de morte”²².

O mesmo jornal, com forte teor crítico, apontava para as possíveis dificuldades da colônia lusa no Brasil. De acordo com a convicção da folha, “se os imperialistas”, numa alusão aos restauradores,

²¹ O SORVETE. Porto, 22 nov. 1891.

²² O RISO DO DIABO. Porto, 3 jan. 1892.

obtivessem êxito, “os portugueses residentes no Rio” obteriam “mais comendas e títulos”, mas se os governistas conseguissem “sustentar o equilíbrio, triunfando da tremenda conspiração” que os ameaçava, “a colônia portuguesa” teria “de conhecer, por experiência própria”, que não havia “coisa mais feia que governar na casa alheia”. O periódico vaticinava que se poderia calcular até onde chegaria “o furor dos republicanos brasileiros, vendo que a hospitalidade e riqueza, que tantos compatriotas” lusos tinham “encontrado no Brasil, os animou a quererem impor-lhe governo”, de modo que “a anarquia” poderia “rebentar contra os portugueses, havendo uma espécie de vésperas sicilianas, provocadas pela imprudência de algumas dezenas de ambiciosos”. Diante disso, o jornal enfatizava que “os brasileiros, parafraseando o bem conhecido e histórico sarcasmo”, poderiam, “talvez, apontando para os cadáveres das vítimas” afirmar: “Lusitanos, medindo estais com os membros. A terra em que quisestes já ser reis. Tais prêmios leva que ousou tentar-nos, impondo-nos governo, império e leis”²³.

Tal preocupação com a situação brasileira e os possíveis reflexos junto à população lusitana residente no Brasil era também evidenciada por outra publicação satírico-humorística ao praticar a crítica social e de costumes. Era *O Malcriado* que tecia ferrenhas censuras e desaprovações à imigração lusa em direção ao Brasil, referindo-se aos maus tratos sofridos pelos portugueses e também ao “decrécimo espantoso” da população lusitana. A lusofobia prenhe no Brasil daquela época, advinda da agitação política nacional era denunciada

²³ O RISO DO DIABO. Porto, 3 jan. 1892.

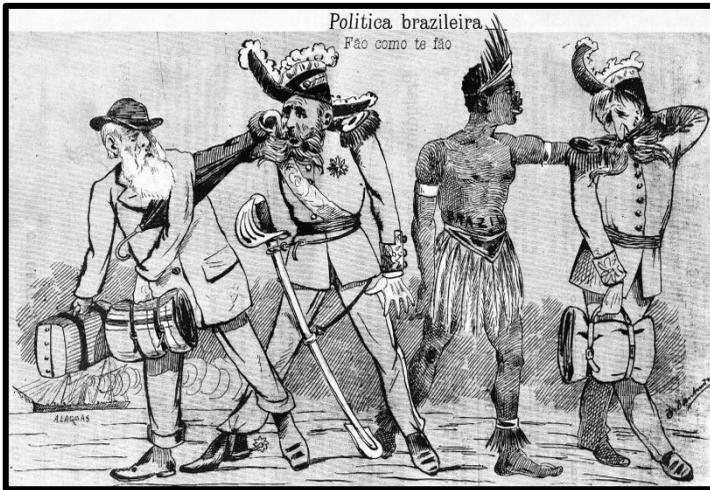
POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

pela folha satírica que se referia “ao ódio dos irmãos do Brasil”, buscando que tais “irmãos” tinham pelos portugueses “a amizade de Caim”. Segundo o periódico, era “preciso que se soubesse que o brasileiro nato” amava “tanto o português, como o sapo, a doninha ou como o buldogue poderia amar o gato”. Com ironia, o jornal ressaltava que “galegos, pés de chumbo e quejandos motes” eram “as expressões generosas” com que os brasileiros animavam os portugueses; mas denunciava que, apesar disso tudo “ninguém pensava nisso”, pois todos se deixavam “enlevar na enganadora visão das riquezas”²⁴.

Como era muito comum no seio da imprensa caricata e da satírico-humorística, muitas vezes, os fatos eram transmitidos ao público através de uma personalização, ou seja, buscava-se dar uma feição aos acontecimentos, representando-os por meio de pessoas. Nesse quadro o protagonista daquele momento em torno da crise de 1891 era Deodoro da Fonseca, mas também surgiam como personagens o exilado imperador e o substituto daquele, Floriano Peixoto, assim como várias das representações do povo brasileiro. Dessa maneira, Deodoro aparecia nas páginas do semanário *O Sorvete* sendo personalizado de duas maneiras. Na primeira era o militar enérgico que esbravejava contra D. Pedro II, expulsando-o do Brasil em direção ao navio *Alagoas* para daí seguir ao exílio. O imperador aparecia carregando suas próprias malas e guarda-chuvas embaixo do braço, demonstrando a resignação pela perda do poder que ficara tão demarcada nas formas de retratá-lo naquele momento. Já o proclamador da

²⁴ O MALCRIADO. Lisboa, 17 jan. 1892.

república aparecia com feições tresloucadas, com uma espada de tamanho quase que despropositado à cintura, como numa alusão ao autoritarismo que demarcaria o seu governo ditatorial²⁵.



Já na segunda cena da caricatura, a situação se revertia, pois, desta vez era Deodoro da Fonseca quem aparecia com feições aparvalhadas e quase sem jeito. Tal postura refletia a visão negativa do jornal para com a atitude presidencial que, ao ser apeado do poder, em 1891, estaria a sentir o sabor amargo do próprio veneno, tal qual fizera com Pedro II, em 1889. Desta vez, aparentando estar acabrunhado e constrangido, era o marechal-presidente quem carregava a mala e fora despojado de sua espada como símbolo da força e do poder que acabara de perder. Nessa outra cena, quem

²⁵ O SORVETE. Porto, 29 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

expulsava Deodoro era uma figura híbrida, misto de negro e indígena, com as feições e a cor da pele do primeiro e as vestimentas do segundo – numa certa referência à perspectiva pela qual a população brasileira era formada essencialmente por negros e índios. Tal personagem era a representação do povo brasileiro que colocava para fora o governante que usurpara de suas atribuições. O título da caricatura era “Política brasileira, fã como te fã”, e como legenda aparecia a contraposição entre o “ontem”, significando o novembro de 1889, quando Deodoro dizia a D. Pedro II: “Ponha-se no olho da rua! Você aqui não é nada; que manda sou eu! Gire!”; e o “hoje”, em referência ao novembro de 1891, quando o “povo” exortava ao presidente deposto: “Agora eu, seu ditador! Penacho em terra e ponha-se a andar! Quem manda sou eu!”. Perante tal quadro, a folha concluía: “Quem com ferro mata, com ferro morre...”²⁶.

O *Antônio Maria* também trouxe ao público aqueles personagens retratados em outra caricatura denominada “Política fim de século: substituição de cabeças”, na qual reproduzia a vida política brasileira dos últimos anos, concebendo-a como um jogo em que rolavam as cabeças dos mandatários do país. O primeiro a perdê-la era D. Pedro II, arrancada por Deodoro da Fonseca que em seguida apareceria com as vestes reais e um barrete frígio à cabeça, mas já havia alguém para também tirar-lhe a cabeça, o que se concluía na figura seguinte, onde ele, já com a coroa era degolado por Floriano Peixoto. Este, por sua vez, também apareceria em trajes majestáticos, mas mantinha o barrete frígio à

²⁶ O SORVETE. Porto, 29 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

“vem a 2^a”; “salta fora a 2^a”; “vem a 3^a”; “salta fora a 3^a”; “volta a primeira forma”, diante do que concluía, com a colocação do dinheiro em lugar da cabeça – “imudável só esta, é de massa”. A legenda era: “A política do Brasil é isto: a roda da fortuna. Gira, gira, gira, ninguém sabe as voltas que dará. Metade da roda vemos nós...”²⁸.

O primeiro presidente brasileiro era também personagem em um texto publicado pelo *Charivari*, no qual o jornal manifestava exultação com a queda desta autoridade pública e, através da figura de Deodoro, criticava o autoritarismo e o militarismo que teriam caracterizado a república no Brasil, bem como também imputava ao general a culpa pela expansão da crise brasileira, mormente no campo econômico-financeiro, diante do que praguejava o militar tendo em vista os indelévels efeitos de tais dificuldades no contexto português:

O generalíssimo Deodoro da Fonseca, aquele grandíssimo general ditador, acaba de dar com as canastras em terra.

O diabo do homem chegou a imaginar que o mundo se deixa assim governar a modos de carneirada, e que, acima de um presidente, nada mais existe.

Enganou-se redondamente o Sr. Deodoro nos seus generalíssimos cálculos, julgando que uma nação republicana consente as arremetidas de um presidente ditador, com pretensões a rei absoluto.

O generalíssimo, ao entrar na sala do congresso e intimar mandado de despejo, cuidou que estava dentro do quartel de algum

²⁸ O ANTONIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

regimento, manobrando para a direita e para a esquerda, para a frente e para a retaguarda, e que tudo se fazia com a mesma facilidade e sem resistência.

Uma nação não é um regimento de tropa; o Brasil não é um quartel de soldados.

Saiu-lhe o gado mosqueiro, o Sr. Deodoro.

O pior é que temos de sofrer todos a consequência da sua leviandade.

Com as providenciais medidas do Sr. Deodoro, do generalíssimo ditador, do absolutíssimo presidente, o câmbio, que até então se achava a 13 e um quarto, passou a não se achar a coisa nenhuma. Quer dizer, o câmbio, depois da absolutíssima cabeçada do Sr. Deodoro, baixou até as profundidades do infinito.

Ora, como Deus não tinha fadado este Deodoro, senão para figurar de Deodoro, aconteceu o trambolhão que toda a gente presenciou.

O pobre generalíssimo já não é presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nem de outros estados quaisquer. O melhor é fazer de conta que o homem morreu, amarrado à generalíssima ditadura.

Pobre Brasil! Como tu sofres neste momento!... Tão cheio de recursos naturais, encontras-te, como as nações europeias, a braços com uma crise de tal ordem que, só muito tarde, poderás debelar.

Se a providência aprovesse afastar da face da terra a mania reformadora, parece que não teríamos passado por tantos desgostos e que viveríamos um pouquinho mais felizes.²⁹

²⁹ CHARIVARI. Porto, 28 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Nas páginas do *Charivari*, Deodoro da Fonseca seria mais uma vez personagem em uma caricatura, juntamente com seu antecessor e sucessor. No desenho uma série de pessoas, vestindo trajes e indumentárias diferenciadas, como a representar diversos segmentos da sociedade – que em seu conjunto estaria insatisfeita com os rumos do país – jogavam o “pim pam pum”, um tipo de jogo popular, praticado em feiras, cujo objetivo era derrubar bonecos enfileirados por meio de bolas de pano. Os jogadores se mostravam muito satisfeitos com a atividade e os alvos eram exatamente D. Pedro II e Deodoro, que já haviam sido alvejados e se inclinavam para cair, e o próximo alvo era Floriano Peixoto, numa clara alusão à instabilidade dos governantes brasileiros naqueles últimos dois anos. O personagem que repassava as bolas aos jogadores era outra vez um misto de negro e indígena que simbolizava o povo brasileiro, que estaria a contribuir na derrubada daqueles homens de Estado. O título da caricatura era “Coisas do Brasil” e o texto que a legendava descrevia a cena e reproduzia a situação brasileira de então, sem deixar de levar em conta a questão da crise financeira e seus resultados, ou seja, jogava-se no Brasil e Portugal sentia os efeitos. Nessa linha, a legenda era: “Desde um certo tempo para cá, observamos que o Brasil nada mais faz do que jogar o pim, pam, pum.” Que era um “jogo inocente e inofensivo em que parece não se perder grande dinheiro, mas que afinal vai arruinando muita gente”³⁰.

³⁰ CHARIVARI. Porto, 5 dez. 1891.



Ainda sobre o primeiro presidente brasileiro, o *Charivari* publicaria uns bem humorados versos, sob o título “O meu amigo Deodoro”, descrevendo com graça os acontecimentos recentes no Brasil. De certo modo, o texto em poesia representava as indefinições do povo brasileiro dizendo que ele teria grande admiração por Pedro II e era monarquista até que o imperador fosse apeado do poder e exilado, quando tal povo abandonara suas convicções e tornara-se republicano e admirador de Deodoro da Fonseca, vindo a lamentar que este também tivesse sido afastado da presidência. A balbúrdia que se imaginava para a situação brasileira de então ficava manifesta provocativa, irônica e propositalmente na expressão utilizada pelo hebdomadário caricato, ao dizer que aguardava o retorno do “amigo Deodoro” que, tal qual um famoso imperador ou o descendente de uma divindade mitológica, viria a ocupar o trono brasileiro, símbolo da instituição que o próprio marechal contribuía para derrubar:

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Ando há muito abananado,
Ando triste qual cipreste,
E sou às vezes agreste
Quer na rua, quer em casa;
Os sucessos do Brasil
Dão-me tratos ao miolo,
Têm-me trazido até tolo,
Todo me têm posto em brasa.

Quando o velho Imperador
Nessa nação imperava,
Era ele que me empalmava
Toda a minha simpatia.
Eu então era caturra,
E até tinha por chance
Ter sido desde criança
Amigo da monarquia.

Veio depois a revolta
Do Zé Povo brasileiro,
E plantou lá no poleiro
O Deodoro valente.
Desde logo eu, sem rebuços,
Cheio de um ardor insano,
Tornei-me republicano
Assim como toda a gente.

Esqueci o imperador
Desde esse dia, que adoro,
E tomei ao Deodoro
Tal tracanaz de afeição,
Que hoje lamento, choroso
A negra sorte, o azar,
Que o fizera agora dar
Tão medonho trambolhão.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

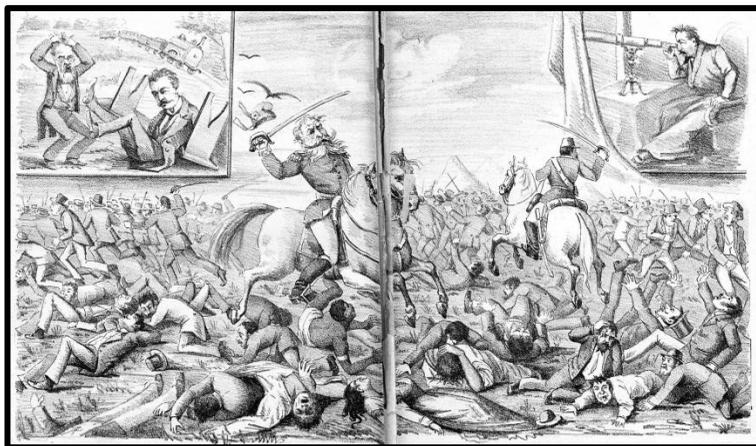
Tem-me custado a passar
Esta saudade febril;
As notícias do Brasil
Todos os dias devoro.
Inda espero ver no trono,
Qual heroico Bonaparte,
O bravo filho de Marte,
O meu amigo Deodoro.³¹

Mas a irônica “amizade” para com Deodoro seria dissipada em outro desenho publicado pelo *Charivari*, no qual o primeiro presidente do Brasil aparecia como um personagem terrível a provocar a destruição e a morte. Na gravura, Deodoro da Fonseca era representado a cavalo, de espada em punho, e com o barrete frígio a cair de sua cabeça, numa alusão à perda dos verdadeiros ideais republicanos, e, junto de outros militares, matava ou mutilava todos que se encontravam à sua frente. A referência era ao extermínio da própria população brasileira, demonstrada em seu conjunto, pois ali eram todos atacados – homens e mulheres, velhos e jovens, negros e brancos – ou seja, a sociedade era destruída pela força do autoritarismo. A expressão utilizada para designar a atitude violenta de Deodoro era que ela dava em pantanas nas pessoas, com o sentido de perder, dissipar ou arruinar o país como um todo. Ao alto havia duas cenas isoladas, mas interligadas com a temática geral. Na primeira, dois indivíduos viam-se apavorados, diante de um trem que descarrilhava, um sindicato que falia e um banco que quebrava, no sentido literal, mas fazendo alusão ao figurado, buscando demonstrar os

³¹ CHARIVARI. Porto, 5 dez. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

desastres que estariam a marcar o momento econômico e financeiro do Brasil. Na segunda, do outro lado, aparecia o Conde D'Eu, genro de Pedro II, avistando os astros através de uma luneta, demonstrando, com ironia, como o representante da família imperial poderia estar observando a situação, vislumbrando, quem sabe, uma possibilidade da restauração". O título era mais uma vez "Coisas do Brasil" e a legenda dizia: "O generalíssimo Deodoro da Fonseca descobriu a melhor forma de levar a cabo a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade, dando com tudo em Pantana"³².



A folha *Balas... de papel* também fazia graça com as constantes transições governamentais no Brasil, dizendo que "com a mudança de Deodoro para Floriano", lá ia o representante diplomático brasileiro em Lisboa "inaugurar outro retrato no consulado geral",

³² CHARIVARI. Porto, 19 dez. 1891.

ao passo que um membro da colônia brasileira na capital do reino iria pronunciar “outro respectivo discurso” que ninguém entendia. Em tom jocoso, a publicação avisava que, “em todo caso”, não seria “asneira nenhuma ir sempre guardando a tela e a alocação dedicadas ao primeiro presidente”, bem como perguntava se já haviam mandado pintar “a efígie do herdeiro imperial”, o que era bom ir tratando de fazer, afinal “o mundo dava muita volta”, ressaltava com humor em relação aos destinos do Brasil, aventando com uma nova possibilidade de troca presidencial, ou até mesmo da restauração monárquica³³. Na mesma linha, *A Comédia Ilustrada* previa que ainda poderia acontecer outra revolta no Brasil, com o objetivo de depor Floriano e aclamar novamente a Deodoro como presidente. Fazendo graça com uma doença que se espalhava no contexto brasileiro e apresentando uma visão escatológica quanto aos governos militares, a folha dizia que “a recrudescer o partido da febre amarela, qualquer dia os marechais” teriam de “abandonar para sempre a presidência, indo em marcha até ao outro mundo” e, perante tal situação seria necessário “um outro generalíssimo”, que temesse “as hostes aguerridas dos mandiocas e dos bananas”, numa alusão mais uma vez preconceituosa quanto a certos estereótipos repetidos nas visões acerca do Brasil³⁴.

Assim, as folhas caricatas e satírico-humorísticas construíram uma perspectiva jocosa a respeito da crise brasileira. Ainda que a situação fosse de certa gravidade, acirrando-se os espíritos no Brasil,

³³ BALAS... DE PAPEL. Lisboa, 15 dez. 1891.

³⁴ A COMÉDIA ILUSTRADA. Porto, 24 jan. 1892.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

somando-se tais dificuldades aos óbices de natureza financeira e econômica que traziam efeitos tanto para os brasileiros, quanto para os membros da coroa lusitana no Brasil e mesmo para os próprios portugueses residentes no reino, estes jornais não deixaram de utilizar-se daqueles episódios como mote para provocar o riso ou ainda apresentar uma versão crítica. Nesse sentido, as publicações dedicadas ao humor, mantendo uma estratégia discursiva diferenciada em relação à imprensa dita séria, também mostravam uma das facetas acerca da crise brasileira de 1891. Através de caricaturas, textos irônicos e/ou chistosos e versos carregados de gracejos, tais jornais criaram representações a respeito da inconstância governamental da jovem república.

Já no caso brasileiro do século XIX, a imprensa ilustrado-humorística tornou-se um dos gêneros jornalísticos de maior popularidade, tendo o Rio de Janeiro – caixa de ressonância cultural do país – como epicentro, mas atingindo significativa parte do território nacional, mormente nas cidades mais importantes³⁵.

³⁵ A respeito da imprensa ilustrado-humorística brasileira, observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.; LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.; LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; e TÁVORA, Araken.

Nesse quadro, na mais meridional unidade administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande manteve uma firme tradição na edição de periódicos de natureza ilustrado-humorística. Nessa linha, foram publicados títulos como *O Amolador*, *O Diabrete*, *Maruí*, *Comédia Social*, *Bisturi* e *O Rio Grande Ilustrado*, que, em sua maioria, gozaram de larga popularidade e tiveram ampla aceitação, não fazendo papel secundário, tanto do ponto de vista crítico, como do literário e artístico, ao lado dos semanários humorísticos e ilustrados da capital sul-rio-grandense³⁶. Dentre eles um dos que mais destaque teve foi o *Bisturi*, hebdomadário caricato que, com seu enfoque profundamente crítico, acompanhou momentos decisivos da vida brasileira e gaúcha, como no caso da abolição da escravatura, da instauração da nova forma de governo e dos primórdios da Revolução Federalista³⁷.

Os periódicos ilustrados e caricatos apresentam em seu conteúdo imagético e textual, uma perspectiva joco-séria, já que o humor é divertido e sério ao mesmo tempo, tornando-se, dessa maneira, uma qualidade vital da condição humana. Assim, o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas, oferecendo um instrumento poderoso para a

D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

³⁶ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 153.

³⁷ Sobre o *Bisturi*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 407-465.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura³⁸. Levando em conta tal abordagem joco-séria, as publicações caricatas agiam como uma espécie de bobo da corte – símbolo que utilizaram largamente como uma autorrepresentação –, ou seja, aquele que diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis³⁹. Tal figura serviria para ridicularizar os costumes, caracterizando-se como gaiato, malicioso e matreiro, representando a dualidade de todo o ser e constituindo a outra face da realidade, aquela que a situação adquirida faz esquecer e para a qual se chama atenção. Ele exprime o anódino com gravidade e, como brincadeira, as coisas mais graves, encarnando uma consciência irônica para com os eventos, sem ser simplesmente uma representação cômica, e sim a expressão da multiplicidade íntima da pessoa e de suas discordâncias ocultas. No que tange à política, o bobo da corte apresenta atavios, palavras e atitudes, substituindo a representação do poder pela chalaça, pela irreverência e pela ausência de toda a autoridade, ou seja, constitui a paródia encarnada⁴⁰.

O *Bisturi* desempenhou muito a contento seu papel joco-sério, observando a realidade pelo prisma caricatural e divulgando conteúdo textual e imagético

³⁸ DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

³⁹ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 120.

⁴⁰ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 80, 147-148 e 680.

carregado de humor, ironia, sátira, sarcasmo e, acima de tudo, de uma profunda crítica. Tal semanário passou a ser editado no ano de 1888, estendendo-se sua circulação regular até 1893, período após o qual suas edições passaram por diversas descontinuidades, até o seu desaparecimento em 1915. Desde o início, nos derradeiros anos da monarquia, mostrou alguma inclinação pelo pensamento liberal. Já com a república, primeiramente aplaudiu a mudança na forma de governo, imaginando que ela teria sido feita em nome da liberdade. Com o passar do tempo, entretanto, em seguida foi manifestando um antagonismo para com o modelo autoritário que caracterizava o novo regime, vindo a promover incisivas críticas contra os governantes na esfera federal e estadual. Nessa linha, o *Bisturi* tornou-se um ferrenho adversário, colocando-se não só na oposição, como na resistência aos governos autoritários, mormente no que tange ao castilhismo, em uma postura que custaria um altíssimo preço ao periódico, sofrendo com recorrente perseguição e coerção.

Tendo em vista constituir um hebdomadário, as repercussões quanto às ocorrências de princípio de novembro de 1891 só seriam publicadas em meio às páginas do *Bisturi*, na semana posterior. Em seu “Artigo de fundo”, o periódico refletia acerca da conjuntura nacional, apontando para as mazelas que afligiam o país. Nesse sentido, afirmava que era “geral a consternação” e “o pavor público”, que estava “no último momento da suprema agonia”, em um quadro pelo qual “o povo desesperadamente grita que não tem dinheiro e que não tem quem nos governe com amor e patriotismo”. As implicações socioeconômicas da crise encontravam destaque na pauta, com a constatação de que “a barriga

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

sofre os horrores da fome, os preços sobem às alturas de um escândalo” e “a dívida do Estado continua a crescer”, fatores agravados pela perspectiva de que “ninguém pensa no modo de salvar o país do abismo em que está prestes a cair”⁴¹.

O olhar crítico do semanário voltava-se também ao contexto político, ao dizer que, “na capital do Estado, o chefe supremo, qual marinheiro inábil, navegando em batel apodrecido, nos mares de um oceano encapelado”, tinha “por piloto um *lucena* estúpido, ignorante e mau, e, por velas, as folhas da gloriosa *Constituição*”, andando “desorientadamente, entregue aos caprichos bestiais do homem do governo, que parece desejoso em reduzir a mísera *nau do Estado* a fragmentos imprestáveis”. Considerava assim que o Brasil se encontrava em “triste condição”, no seio da qual “o povo, o grande, o soberano, vai pacientemente suportando tudo, calmo e prudente, sem se fazer sentir os efeitos da sua justa cólera” e “os raios de sua majestosa ira”. Como uma expressão de reação, o periódico aconselhava que os donos do poder não deveriam abusar “da paciência do povo”, acreditando que ele viria a reagir contra tal estado de coisas, indicando que eles “não brinquem com o povo”, pois, “água mole em pedra dura...”⁴².

As primeiras impressões específicas sobre o golpe de Estado apareceram em artigo intitulado “Gravíssimo”, no qual eram apontados os informes da imprensa acerca do que ocorrera no Rio de Janeiro. O tom da folha ilustrada era alarmista, compreendendo que, a partir das notícias poderia depreender-se que “a

⁴¹ BISTURI. Rio Grande, 8 nov. 1891.

⁴² BISTURI. Rio Grande, 8 nov. 1891.

guerra civil é inevitável”, de modo que “o grito medonho de guerra, incêndio, destruição, não tardará a ecoar do sul ao norte”. Considerava ainda que “o país está irremediavelmente perdido”, pois “a guerra com todo o seu cortejo de horrores já começa a estender seus braços descarnados e medonhos sobre esta infeliz pátria brasileira”. Acerca das informações quanto à dissolução do Congresso, o hebdomadário citava que, diante de tal fato, “foi mau o efeito que produziu no espírito público, receando-se sérias complicações”.

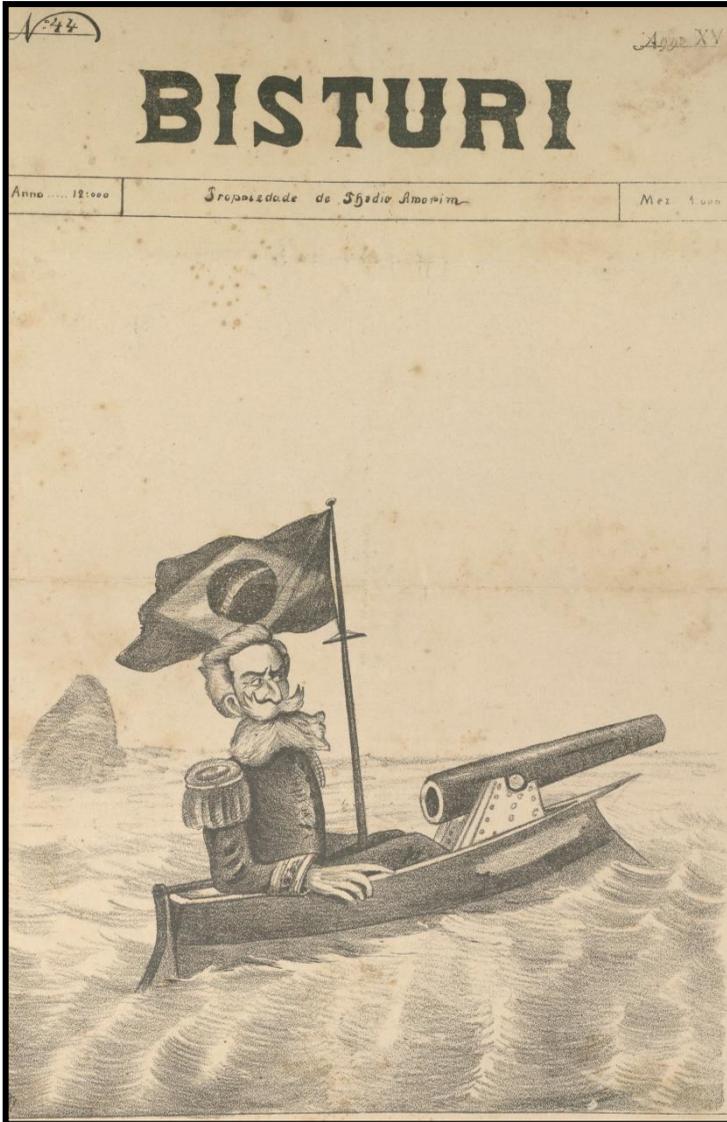
As páginas ilustradas do *Bisturi* acompanhavam sua perspectiva crítica quanto às atitudes presidenciais. Na capa do periódico Deodoro da Fonseca aparecia em um pequeno bote com a bandeira nacional, que representava o Estado brasileiro, contendo um canhão de tamanho desproporcional em relação à embarcação, trazendo o sentido do autoritarismo governamental. No desenho, o mar se agitava e a tempestade se aproximava, colocando o barco e seu comandante em perigo. O escaler trazia a ideia da viagem, da travessia, significando, no caso, a transição de um modelo constitucional para um de exceção. Ao enfrentar o mau tempo, Deodoro se deparava também com uma manifestação de cólera, uma reação contrária ou um castigo, além do fato de que o marechal não estaria conseguindo vencer os perigos essenciais do navegar, ou seja, a destruição, o estancamento e o retrocesso⁴³. Na cena, o periódico alertava: “Cuidado generalíssimo, os horizontes escurecem, anunciando próxima borrasca! A

⁴³ CHEVALIER & GHEEBRANT, 1991, p. 874; e CIRLOT, 1984, p. 403.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

nau do Estado é muito pequenina e nova, não vamos ter alguma desgraça..."⁴⁴.

⁴⁴ BISTURI. Rio Grande, 8 nov. 1891.

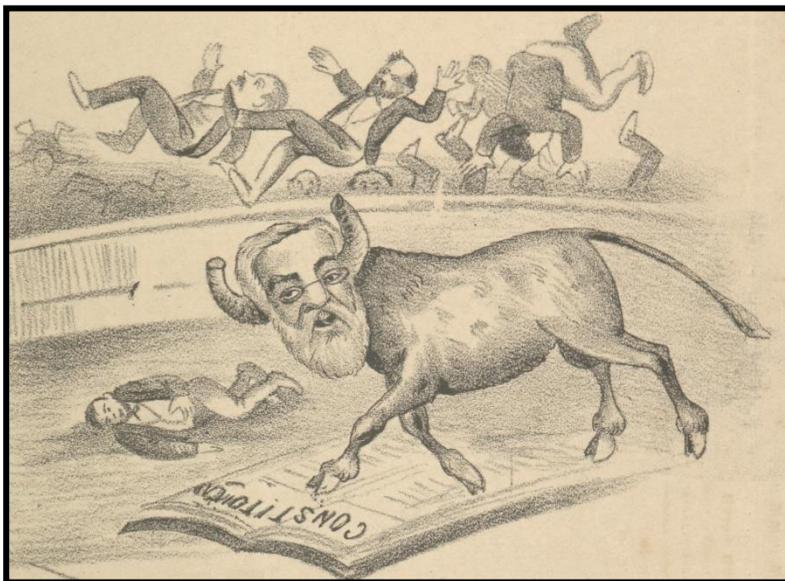


POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

A atitude autoritária governamental aparecia ainda em um conjunto caricatural⁴⁵. A primeira imagem trazia o Barão de Lucena na forma de um bode que derrubava os parlamentares e pisoteava o texto constitucional sob seus cascos. A legenda dizia que “foram dissolvidas as câmaras e calcada aos pés a nossa Constituição!!...”. O animal em questão é a imagem da perversão, da luxúria e do desgraçado, que se torna digno de comisseração por causa dos vícios que não consegue dominar, ou ainda do homem repugnante. O bode é também símbolo da projeção da própria culpa sobre o outro, com repressão da sua consciência, sendo normalmente associado ao diabo, sendo que os chifres quebrados complementam tal sentido, em alusão a uma passagem bíblica. Na continuidade, o Zé Povo – símbolo da população brasileira – aparecia enfiando uma estaca no peito de Lucena, gravura explicada pelo texto: “O Zé começa a sentir calafrios, a perder a paciência e com desejos de lançar mão do último recurso”. Como símbolo da própria caricatura, o bobo da corte também encaminhava a morte do ministro, enforcando-o, além de afirmar: “Se para evitar todos esses acontecimentos fossem precisos os nossos serviços... com que vontade...”. Na figura do enforcado, Lucena traduzia o final de um ciclo, aludindo à derrocada do governo. Deodoro da Fonseca também protagonizou tal conjunto de ilustrações, tendo dificuldades de caminhar, tendo em vista as cabeças que brotavam do chão, em relação aos cidadãos que estavam a reagir ao golpe de Estado por ele perpetrado, havendo a aproximação de vários esqueletos, em referência às mortes que poderiam

⁴⁵ BISTURI. Rio Grande, 8 nov. 1891.

originar-se de uma possível guerra civil, desencadeada a partir da medida autoritária presidencial, já que o esqueleto é a personificação da morte e, por vezes, do demônio, assim como simboliza a putrefação⁴⁶.



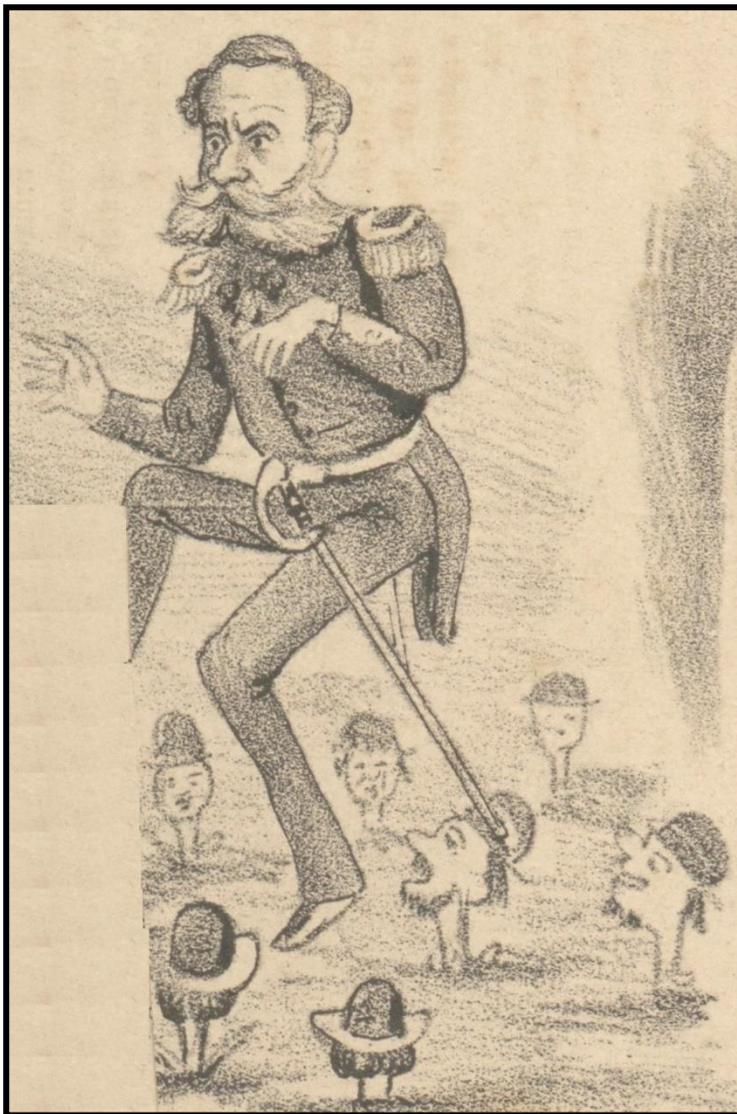
⁴⁶ CHEVALIER & GHEEBRANT, 1991, p. 134, 371 e 401; e CIRLOT, 1984, p. 122 e 243.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS





POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS





POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Em editorial sob o título “O dia 8 de novembro de 1891”, o semanário destacava o movimento que reagira ao golpe governamental, enfatizando o papel que o mesmo viria a ter nos registros históricos acerca do Brasil:

Mais uma data cheia de fulgurações brilhantes acaba de enriquecer as páginas gloriosas da história da nossa pátria.

Foi neste dia, de honra e glória para o povo brasileiro, que um punhado de bravos ergueu-se valente e intemerato, para briosamente repelir o desaforo inaudito, praticado cínica e descaradamente pelo chefe do Estado, que ignominiosamente faltou ao compromisso de honra, feito perante a nação, que ele hoje avilta e desonra, calcando aos pés a sua Constituição.

Este tremendo desaforo, sancionado por um Lucena rancoroso e traidor, que vende a consciência e que nos preparava um futuro de horrores, profundamente feriu o coração do povo brasileiro, que se ergueu energicamente, cheio de brio e valor, para combater como leões, contra os déspotas que nos provocaram.

Todos os brasileiros acabam de oferecer o concurso dos seus braços, salientando-se a briosa oficialidade de mar e guerra que se prepara cheia de ardor e entusiasmo para sustentar a luta que empreenderam em prol da nossa liberdade e dos nossos brios ultrajados, por um governo desmoralizado, sem crédito e dignidade, que deixa um sulco impagável de infâmias, de latrocínios e baixeiras, auxiliado por Rocamboles de toda a espécie. (...)

Cidadãos ilustres do povo colocaram-se franca e espontaneamente ao lado da digna oficialidade (...), prontos para auxiliá-los em qualquer emergência.

E é assim que deve proceder uma pátria, que não quer aviltar-se perante as mais nações; é assim que deve proceder um povo que não quer que o chame de covarde e desbriado.

Não há dúvida de que a vitória pode-nos custar muito sangue, mas preferimos que tal aconteça a sermos apontados como escória das nações.⁴⁷

Sob a epígrafe “Vitória”, o semanário indicava que o ditador sulino já caíra, mas havia a necessidade da continuidade da luta contra o autoritarismo na esfera federal. Nesse sentido, demarcava que “já está em poder dos revoltosos o famigerado *Castilho* – provocativamente com a retirada do “s” final –, antes de ser começada a luta, para arrancar o javali do seu nefando covil”. Considerava que, entretanto, “não está ainda terminada a honrosa missão dos bravos patriotas, que recrudescem de valor e de coragem para a segunda luta, não menos gloriosa, nem de certo menos terrível”. Desse modo, indicava que seria “preciso esmagar o chefe déspota, o patoteiro imoral”, derrubando-o “imediatamente das altas culminâncias em que fatalmente o colocaram, para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional”. Previa que viria a ser “tremenda a batalha” e “titânica a luta, mas será certo o nosso triunfo, porque defendemos uma causa justa em que esta comprometida a nossa honra, a nossa vida” e ainda “os nossos brios tradicionais de povo livre e independente”. Ao final dedicava “um hurra ao Exército, sempre pronto a bater-se pela causa do povo, que é a causa da

⁴⁷ BISTURI. Rio Grande, 15 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

liberdade” e ainda destinava “um bravo à nação brasileira”⁴⁸.

Mais uma vez manifestando suas preocupações de cunho social, o *Bisturi* denunciava abusos cometidos pelo comércio citadino, com o aumento de preços, frente à agitação política, vindo a aplaudir as autoridades públicas por coibir esse tipo de atitude. Assim, com o título “Carestia de preços”, apontava que “alguns negociantes, mal havia se dado o movimento revolucionário, começaram a subir de uma forma altamente escandalosa, os preços dos gêneros alimentícios”, vindo a tornar “difícultosa a subsistência da classe proletária”. Frente a tal procedimento, comentava que, “felizmente, as autoridades policiais” e um “representante da praça do comércio”, vieram a providenciar “imediatamente no sentido de obterem do comércio uma modificação razoável sobre o preço dos principais gêneros de consumo”. Constatava também que tal “medida teve o mais satisfatório resultado, porque perfeitamente correspondeu aos seus fins que era impedir que a especulação e a desumanidade” tomassem “maior incremento a ponto de levar à miséria e à fome ao lar honrado do proletário”⁴⁹.

Calcado no espírito pilhérico que lhe orientava, em “Do outro mundo”, o *Bisturi* imaginou que o processo revolucionário poderia ter se estendido para além do mundano, chegando até ao céu e ao inferno. Inicialmente dizia que estava “tudo em revolução e só se discutem assuntos de alta importância”, em um contexto pelo qual “os revoltosos promovem reuniões nas praças

⁴⁸ BISTURI. Rio Grande, 15 nov. 1891.

⁴⁹ BISTURI. Rio Grande, 15 nov. 1891.

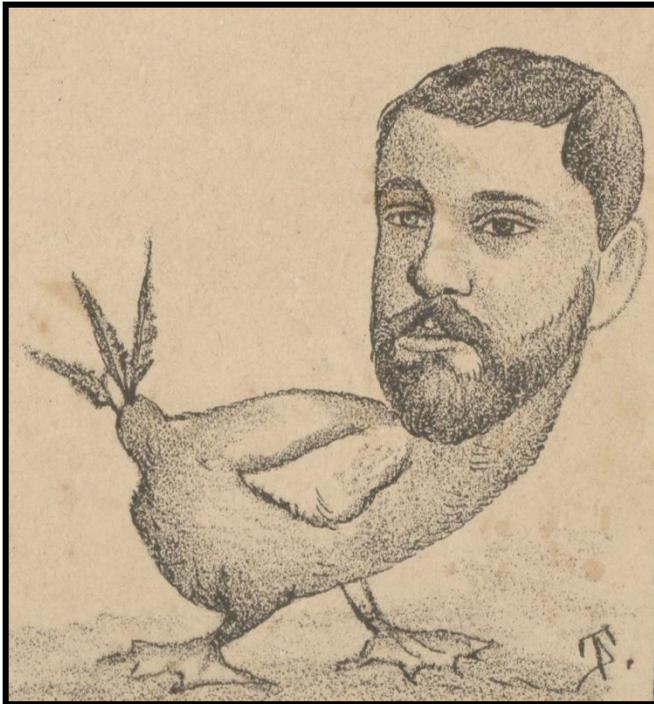
para incitarem os arcanjos e mesmo os santos à revolta". Descrevia ainda que "tudo está de prontidão ao primeiro grito de combate", ouvindo-se "os foguetes a estalarem e as peças de artilharia fuzilarem com um estampido horrível". Também apontava que "a corte infernal está toda de archote aceso", surgindo "diabos de todos os lados, armados de facões, pistolas e espadas", todos cavalgando "em matungos" e fazendo "uma celeuma incrível". Além disso, "o vulto majestoso de Lucifer desenha-se grave e impotente na penumbra do arvoredo do jardim infernal". Os tradicionais inimigos políticos da folha também se faziam presentes no âmbito avernal, enfatizando que seria "impossível *Castilho e Deodoro* escapar à sanha infernal", já que "todos mostram desejos em engoli-los, poupando só as orelhas, que querem espetar nos umbrais da porta do *palácio das bandalheiras*", de modo que servissem "de exemplo a todos os *generalísimos* conhecidos e por conhecer"⁵⁰.

Os episódios que marcaram o movimento de 8 de novembro na conjuntura da cidade do Rio Grande, foram tema dos registros iconográficos do periódico. Nessa linha, mostrava o deslocamento de tropas na urbe portuária, descrevendo que se "levantou no dia 8 um movimento revolucionário pelo Exército e pelo povo, em nome do direito, da lei e da liberdade, calcadas ignominiosamente pelo general Deodoro e o bacharel *Castilho...*", fazendo questão de associar os governantes na esfera federal e estadual. Júlio de Castilhos, representado como um pato, como foi tradicional nas páginas do periódico, era apresentado como um derrotado, com a constatação de que, "felizmente, por

⁵⁰ BISTURI. Rio Grande, 15 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

enquanto só temos a *lamentar* um Pato que foi depenado”⁵¹.



Em novo editorial denominado “O dia 8 de novembro de 1891”, o periódico demarcava que “o nefando e indecoroso procedimento do chefe do Estado, e do seu ministro, Lucena, um polichinelo a espernear satanicamente, em uma saturnal infernal”, marcado por “infernall bandalheira, desonra e liquidação moral, vai tendo o seu termo”. Nesse quadro, previa que tais

⁵¹ BISTURI. Rio Grande, 15 nov. 1891.

homens públicos viriam a descer “das suas inacessíveis eminências para vestirem a mortalha”, uma vez que, “de toda a parte surgem batalhões de bravos, a reunirem voluntariamente suas forças aos valentes iniciadores da revolta, contra a tirania ditatorial”. Apontava ainda que “o povo brasileiro em massa, ergue-se como um só homem, para protestar contra o ato supinamente atrevido e traidor dos *caifás* do poder”, que não poderiam “por mais tempo permanecer à frente de uma nação, por eles ofendida na honra e dignidade”. A folha clamava que bastava “de sermos saqueados e ofendidos por este governo corrompido, que também procura amordaçar a voz da imprensa”, que seria “a única força social” e “instituição que ainda não conseguiu abater e que tem corajosamente arrojado jatos de luz nas tenebrosas noites de suas ignomínias”⁵².

Quanto ao conteúdo imagético, a figura indígena que simbolizava o Brasil, aparecia carregando uma cruz, estando amarrada e arrastada por Deodoro e Lucena, em um ato de força e despotismo. O Presidente aparecia de chicote à mão e seu auxiliar montava um porco, designando a ditadura, tendo uma serpente enrolada ao pescoço, além de ostentar a Constituição sendo destruída. Sob a gravura o periódico escrevia: “Os dois miseráveis algozes que, com requintada perversidade conduzem este país ao calvário da desonra! São os ‘judas’ da República”. Tal ilustração é extremamente rica em simbolização. Nesse caso, a cruz se refere ao sofrimento. Ao empunhar um látigo – símbolo do castigo, do poder e do domínio – e infringir uma flagelação ao “Brasil”, o governante aparecia como

⁵² BISTURI. Rio Grande, 22 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

aquele que pode destruir o país através de seu autoritarismo. Já Lucena surgia envolvido com uma serpente, animal o qual desperta a desconfiança, pois lembra o avanço sinuoso do réptil que espreita suas vítimas para atacá-las com agressividade; e com um porco que simboliza a comilança, a voracidade e que devora e engole tudo o que se apresenta, consistindo-se, enfim, no símbolo das tendências obscuras, sob todas as suas formas, da ignorância, da gula, da luxúria e do egoísmo⁵³. Assim, a partir da gravura, o país viria enfrentando o seu “calvário”, ou seja, a sua provação, seu sofrimento e martírio, imposto pelos seus governantes, os “judas” que estariam traindo a causa de uma propalada verdadeira república⁵⁴.



⁵³ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 233 e 734; e CIRLOT. p. 194-195, 335 e 521

⁵⁴ BISTURI. Rio Grande, 22 nov. 1891.

Em outro artigo, desta vez sobre o aparelho fiscal, o hebdomadário voltava a enfatizar que o Brasil, estando “em plena face do século que se chama civilização”, possuía “um povo adiantado que não se deixa impunemente vilipendiar-se”, tratando-se de um “povo benigno e tolerante”, entretanto, “quando demasiadamente abusam da sua generosidade e benevolência, ferindo os seus brios individuais, ele sabe com altivez e nobreza desagrar-se”. Sobre a revolta de 8 de novembro, lembrava que a mesma fora “um eloquente testemunho do valor cívico dos brios deste povo”, de modo que “se acabou o reinado da tirania”⁵⁵.

Acerca do afastamento do Presidente da República, o *Bisturi* publicou “As festas da semana”, explicitando que “o Rio Grande tinha um aspecto imponente, e todas as consciências estremeciam” diante da “notícia do fato jubiloso por excelência”, ou seja, “a queda do ditador Manoel Deodoro da Fonseca”. Descrevia que, na chegada da notícia, “nas imediações do telégrafo nacional, juntou-se enorme massa de povo, que estrepitosamente saudava o ato”, que viera “para sempre acabar” com “a terrível incerteza” e “a medonha ansiedade de todos os espíritos”, restituindo “a calma aos lares”, estando a exultar “as mães dentro dos seus lares” e “o povo na praça pública”. Em conclusão, destacava que “todo este regozijo do povo e todas essas ovações da alma nacional” deram-se em “saudação à queda do despotismo do general Deodoro”⁵⁶.

O clima festivo no âmbito citadino era ainda reproduzido no artigo “Músicas, discursos, flores e

⁵⁵ BISTURI. Rio Grande, 22 nov. 1891.

⁵⁶ BISTURI. Rio Grande, 29 nov. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

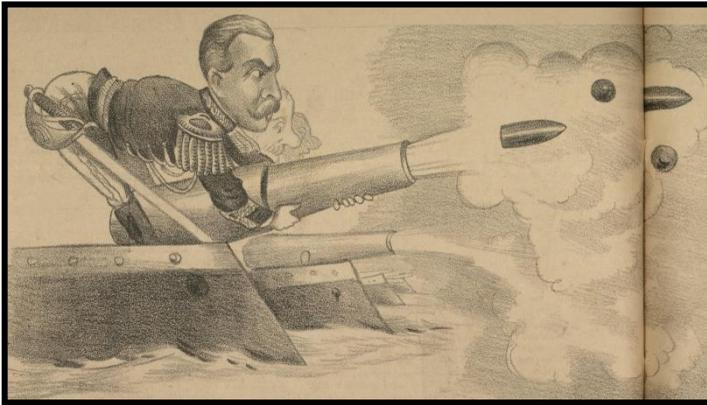
foguetes”, no qual destacava que a urbe tivera “uma semana cheia de foguetes, flores, vivas, música, iluminação e liberdade”. Referia-se a um quadro no qual seria “o patriotismo falando” por meio “de trombetas, pistões, cornetas, gaitas, foles e rabecas, de todas as bandas cívicas e militares, públicas e particulares”. Segundo o periódico, seria “a liberdade cantada em prosa e verso e aclamada por todas as associações carnavalescas, literárias, beneficentes, recreativas e jornalísticas”. Particularmente acerca do 8 de Novembro, considerava que se tornara “mais um dia de festa anual”, diante do qual, “a pátria agradecida jamais poderá deixar passá-lo, “sem dizer aos soldados da liberdade” que eles eram “filhos diletos” dessa mesma pátria, e que a libertaram “do férreo jugo dos tiranos”, assim como “as almas patrióticas, os corações dedicados”, que expuseram “o peito às balas e a cabeça à força, em prol de uma ideia santa”, sendo, enfim, os “heróis da liberdade”. Tal ambiente foi complementado por “imponente festa” oferecida por cidadãs rio-grandinas a algumas das lideranças militares que comandaram o movimento de 8 de novembro, considerada como “a festa mais imponente que se realizou com a queda da tirania”⁵⁷.

No campo iconográfico, o periódico ilustrado mostrava a reação da Armada ao golpe de Estado, com o disparo de canhão contra os atos considerados despóticos de parte do governante. Frente a tal situação, o Barão de Lucena aparecia em prantos, ajoelhado e em súplica, de mãos postas, implorava por perdão pelos atos autoritários com os quais contribuía. Em trajés

⁵⁷ BISTURI. Rio Grande, 29 nov. 1891.

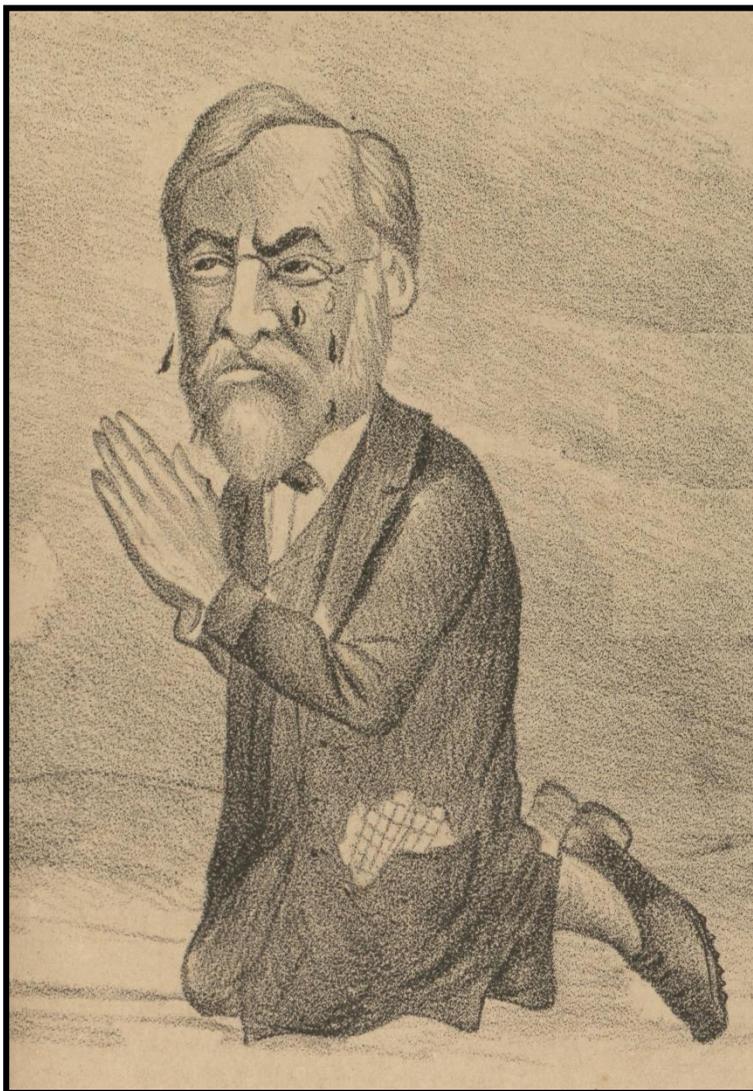
FRANCISCO DAS NEVES ALVES

militares, o marechal Deodoro aparecia como alvo, nas costas e nas nádegas, do porrete da soberania e os chutes da opinião pública e da imprensa, que teriam servido como anteparos para evitar o golpe. A legenda era: “O generalíssimo traidor, ante a atitude enérgica e briosa do heroico povo brasileiro, sentiu lhe enfraquecer as pernas, caindo desastrosamente ao lado do seu Judas Caifás”. O conjunto caricatural contava ainda com a presença do bobo da corte, primeiramente insatisfeito, por não ter sido referenciado nas manifestações populares, para, em seguida, ao ouvir foguetes, correr em busca de novidades⁵⁸.



⁵⁸ BISTURI. Rio Grande, 29 nov. 1891.

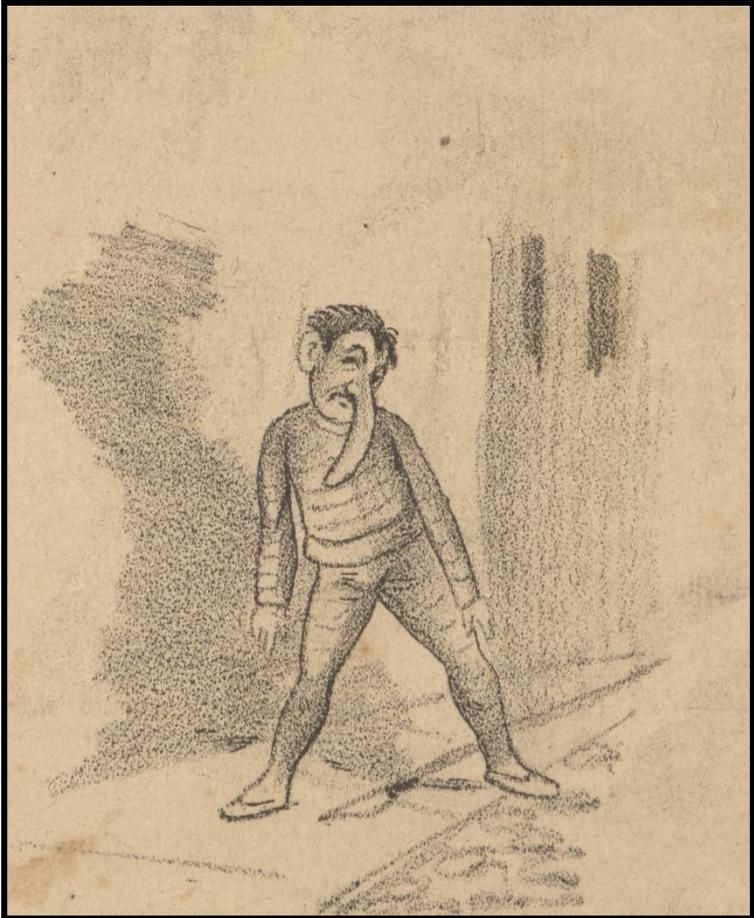
POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS





POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE:
TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS





POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS



Os tributos “Aos heróis do dia 8” teriam de ser mais uma vez adiados, sob a justificativa de que “a dificuldade que encontramos em obter algumas fotografias de alguns dos proeminentes e inolvidáveis vultos da revolução levada a efeito no dia 8” impossibilitara “de prestar no presente número a homenagem que havíamos prometido”. Diante disso, o periódico garantia que na próxima edição apresentaria o seu “modesto preito de apreço e gratidão aos intemeratos defensores da honra nacional”. Mas, se por um lado o espírito era ainda festivo, o *Bisturi* já

manifestava preocupações com os planos castilhistas de retorno ao poder. Nessa linha, denunciava a reunião em “horas misteriosas” dos “famigerados *pica-paus*” – como eram pejorativamente chamados os sectários do castilhismo –, “que fortemente conspiram contra os atuais homens de governo”. Demarcava ainda que “os *pica-paus* juraram entronarem o *Castilho*, custe o que custar”, tendo gasto “três horas em invectivarem o governo atual”, além de “garantirem que, com a subida ao trono do *Pato*” – apelido pelo qual era pejorativamente conhecido Castilhos –, “os negócios da pública administração muito lucrariam”. A imprensa castilhista também era alvo de críticas por estar supostamente praticando “um verdadeiro *pândego político*”, não havendo “nada mais divertido, cômico e burlesco” que suas interpretações dos fatos⁵⁹.

As solenidades honoríficas ao 8 de Novembro permaneciam, como foi o caso de um baile dedicado a alguns de seus participantes, atividade considerada como uma “merecidíssima homenagem prestada àqueles briosos defensores dos nossos brios vilmente ofendidos”⁶⁰. A promessa quanto à publicação dos retratos de personalidades vinculadas ao movimento viria a ser cumprida, sendo estampadas as efígies de doze militares, contendo abaixo uma faixa com a inscrição “Homenagem do *Bisturi* aos heróis de 8 de novembro de 1891”. Na mesma edição foi publicado o artigo de fundo denominado “Honra ao mérito”, explicando que naquele dia “refulgem na nossa parte ilustrada os retratos dos intrépidos iniciadores da revolta

⁵⁹ BISTURI. Rio Grande, 6 dez. 1891.

⁶⁰ BISTURI. Rio Grande, 13 dez. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

levada a efeito no dia 8 de novembro contra a tirania” promovida pelo Presidente e “por um ministro caricato, sem patriotismo, sem critério e sem moral”, que quisera “reduzir este povo livre, grande e nobre a um rebanho de imbecis, e párias, dóceis e temerosos do azorrague aviltante do feitor”. A folha demarcava que o perpetrador do golpe “miseravelmente enganou-se”, ao encontrar “em cada peito brasileiro um obstáculo fulminante à sua tentativa bestial”⁶¹.

Ainda com referência à homenagem aos “heróis de 8 de novembro”, a folha lembrava que fora “do Rio Grande, desta terra de heróis, que partiu o primeiro brado de indignação” e “de guerra contra o plano sinistro do ditador”, em um “brado que ecoou do sul ao norte, encontrando em todos os corações patriotas a mais franca e sincera adesão”. Dizia ainda que “o Exército e a briosa Armada nacional, pela boca das suas espingardas e dos seus canhões” teriam intimado o Presidente golpista “a curvar-se humilde e arrependido ante a altiva opinião pública do país, cujo direito covardemente postergou”, apeando-o “imediatamente e para sempre do poder de que não soube mostrar-se digno”⁶².

⁶¹ BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

⁶² BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

NUMER AVULSO
R\$.500.

BISTURI

preço de Assigilupa
Anno R\$ 18.000
Mes - 1.000

Nº 50. Propriedade e Redacção do Thadéo A. de Amorim. Anno XV

Capitão João Ribeiro de F. Amorim
Capitão Feliciano de Freitas
Alfonso de Almeida Braga
Alfonso de Almeida Braga
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.
Tenente Coronel Augusto de S. B. de S. B.

Homenagem do Bis Paranaense aos Heróis de 8 de Novembro 1891

1º Tenente Athan Cavallero de Tagueiro
1º Tenente Din Ferraz

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

O semanário destacava ainda aquela “grandiosa unidade” e “comunhão de bravos, que profundamente compenetrada dos males que oprimiam o Brasil”, sem recuar, “perante o empreendimento mais ousado”, quebrara “o prestígio nefasto desse poder inquisitorial”. Dizia que aquela edição fora realizada em um “preito modesto, mas sincero da nossa simpatia e admiração pela estoica bravura, pela sublime e indefectível lealdade” e “pelo entranhado amor pátrio” daqueles “que repeliram a abordagem do tirano, que tentou macular o pavilhão nacional”. O número especial era assim dedicado “aos heróis de 8 de novembro, pela gloriosa luta que empreenderam em prol da liberdade do povo e do pensamento”, tendo combatido “lealmente o despotismo”. Os homenageados eram ainda descritos como “sempre dedicados, incansáveis, valentes até a temeridade” e como “glórias do nosso Exército e Armada”, que teriam feito “o orgulho desta pátria grande, nobre e valorosa”, sendo a eles dedicada, “com indizível satisfação, a página de honra”, em gratidão aos “brasileiros que estremecem pela pátria e homens que a engradecem”. Tal “quadro do grupo revolucionário” teria despertado o interesse do público, tanto que a direção do periódico chegou a colocá-lo à venda⁶³.

Além da matéria editorial e da inserção iconográfica, o *Bisturi* trouxe outros artigos referentes ao movimento. Foi o caso do intitulado “Heróis de 8 de novembro”, segundo o qual teria mostrado “mais uma vez o heroico Estado do Rio Grande do Sul ao mundo civilizado que tem bastante brio e coragem para repelir aqueles que atentam contra a liberdade do povo

⁶³ BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

brasileiro”. Diante disso, esclarecia que se referia “à revolução iniciada nesta cidade, pela briosa oficialidade dos dois corpos aquartelados”, que se “propagou por todo o Estado com o nobre fim de depor o Presidente Deodoro”, o qual “violara a sagrada Constituição que rege a nossa cara pátria, com a dissolução do Congresso, declarando-se ditador”. Notificava ainda que, levando em conta “este horrível golpe de Estado, o brioso povo rio-grandense” não teria conseguido “suportar um tão nefando crime”, lançando “o grito de revolta a 8 de novembro”. Em complementação, esclarecia que, “com a notícia da sublevação e com a posição hostil da destemida Armada, a ditadura apoderou-se de tal terror, que se viu coagida a baquear”, sem tê-lo feito “por sua livre vontade, mas por lhe faltar elementos com que pudesse sufocar as heroicas falanges que se ergueram para combater o despotismo”, o qual “já ameaçava extinguir os sãos princípios do ideal republicano”⁶⁴.

De acordo com o semanário, naquela “patriótica cruzada reivindicadora das liberdades ultrajadas, a classe militar” soubera, “com brio, dignidade e galhardia tomar a si a causa do povo, que se via com o golpe coagido em suas liberdades”. Quanto aos líderes “deste glorioso movimento”, a folha esclarecia que tinham se comportado “sempre como verdadeiros patriotas, dando as mais frisantes provas de independência de caráter e coragem”. Demarcava ainda que “a Revolução de 8 de novembro de 1891 servira para mostrar ao mundo que os rio-grandenses ainda não degeneraram dos seus antepassados”, referindo-se à época da Revolução Farroupilha, e aos “heróis de 35”, de maneira que se

⁶⁴ BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

achavam “sempre prontos para defender as liberdades pátrias”⁶⁵.

Fez parte ainda da edição honorífica o artigo intitulado “Os dignos”, referindo-se aos revolucionários como “dignos da pátria, grandes, superiores, altivos e soberbos”. Dessa maneira teriam eles conquistado “os tributos da história”, uma vez que a revolução teria restabelecido “as nossas liberdades calcadas pelo audacioso golpe de Estado”. O periódico colocava aqueles “militares sonhadores pelo ideal democrático, cheios de abnegação e heroicos”, como merecedores de “todas as homenagens de uma idolatria, todas as venerações de um alto respeito e todas as sinceridades de um culto”, que “a pátria lhes prestou”. Afiançava que frente aos atos “dos despóticos chefes da nação, as duas minguadas guarnições desta cidade lançavam-se corajosamente à luta”, levantando “o primeiro brado revolucionário”. Os líderes do movimento eram ainda qualificados como autores de atitudes “heroicas”, embasadas no “civismo”, no “dever”, na “honra” e no “ardor patriótico”. Em conclusão, o semanário apontava que “a maior homenagem para estes homens, talvez a única que é verdadeiramente legítima e grande”, seria “a veneração da história que se escreverá da ingente Revolução de 8 de novembro”. Outro texto publicado foi o intitulado “Sobre a revolução”, que, mais comedido em entusiasmo, estabelecia que, “o tempo, esse observador eterno e justiceiro, desapassionado e desinteressado”, por meio das “páginas do seu livro

⁶⁵ BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

grandioso” da “história” viria a revelar os alcances do movimento realizado a 8 de novembro⁶⁶.

Na última edição de 1891, o *Bisturi* realizava uma retrospectiva do ano que findava, permanecendo com o viés predominantemente crítico que o orientava. Nesse sentido, referia-se à “indiferença com que somos olhados pelos que nos governam”, de modo que todos viviam “desgovernados”. O adversário Júlio de Castilhos não era esquecido, com uma carga extra de ironia a partir da constatação de que “o *Pato*” estaria a merecer “o título de augusto e digníssimo senhor”. Mantendo o enfoque irônico, citava a realização de um processo eleitoral que teria ocorrido “serenamente, com uma tranquilidade, uma serenidade, como se a gente estivesse em uma sessão de espíritos”, de maneira que “cada um dava livremente o seu votinho e retirava-se satisfeito, cheio de si e de uma pátria tão grande e tão morigerada”. Por outro, lado, abordando mais abertamente a violência política predominante, demarcava que era “certo que em algumas partes a faca, o bacamarte e o cacete foram os argumentos frequentemente empregados no desempenho dos deveres do cidadão votante”. O sarcasmo voltava a preponderar na abordagem da conjuntura socioeconômica, com a perspectiva de que “o que mais tem sofrido nestes últimos tempos de *Ordem e Progresso*” – em referência ao positivismo castilhista – “é o pobre estômago deste heroico Estado do Rio Grande do Sul, com a carestia dos gêneros” alimentícios, tendo subido os preços à “altura de uma consumada ladroeira”⁶⁷.

⁶⁶ BISTURI. Rio Grande, 20 dez. 1891.

⁶⁷ BISTURI. Rio Grande, 27 dez. 1891.

POLÍTICA E JORNALISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: TRÊS ENSAIOS HISTÓRICOS

Por ocasião dos fatos daquele final de 1891, o *Bisturi* exerceu inexorável crítica para com os governantes da jovem República na esfera federal e estadual. Em meio ao domínio político, a construção de imagens tem a sua razão de ser no convencimento público, já que elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados. Nessa linha o conteúdo imagético de cunho político busca mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, pois precisa atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito⁶⁸. Nessa linha, a caricatura trazia consigo uma contribuição fundamental para o debate político, servindo para desmistificar o poder e incentivar o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado⁶⁹.

Ao atuar como órgão de combate político, escolhendo como verdadeiros inimigos a Deodoro da Fonseca e a Júlio de Castilhos, o semanário rio-grandino exerceu o papel do caricaturista militante, que se esforçava, sobretudo, no labor de desconjuntar a inteireza moral e o préstimo social dos adversários, uma vez que a intenção do desenhador é exautorar as personalidades, as instituições e os valores de uma sociedade em dado momento histórico, havendo assim uma dessacralização das figuras do poder, que passam a ocupar o cume das suas figurações arrasadoras⁷⁰. Com

⁶⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.. p. 87.

⁶⁹ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

⁷⁰ HOMEM, 2007, p. 744.

suas ações editoriais, o *Bisturi* desejou saudar e glorificar a Revolução de 8 de novembro, resguardando-lhe um lugar na memória social, a qual foi, entretanto, silenciada, como o seria também, pouco depois, o próprio periódico, vindo a permanecer um vazio diante dos acontecimentos que marcaram as reações contra o autoritarismo governamental⁷¹.

⁷¹ ALVES, Francisco das Neves. A revolução de 8 de novembro de 1891 sob o prisma da caricatura. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa, política e história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 78.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 060883

ISBN: 978-65-5306-088-3